

Mudanças globais, desafios locais para a soja e a carne bovina da América do Sul



Gado em fazenda em Cerquilha, interior de São Paulo
(Imagem: Dan Agostini / Diálogo Chino)



Produtor Sérgio Rubin abre um saco de soja de seu estoque. A produtividade caiu com as secas que atingiram a região nos últimos anos de La Niña (Imagem: Daniel Marenco / Diálogo Chino)



Conteúdo

Prefácio de nossos editores		2
Sojicultores argentinos defendem rastreabilidade contra desmatamento		4
China precisa regular couro comprado da Amazônia brasileira		7
Incêndios destroem até áreas úmidas da Argentina		10
Cofco: dados superficiais geram dúvidas sobre origem de soja comprada no Brasil		13
La Niña chega ao fim, mas seca ainda deixa marcas na Argentina		17
Lei europeia de desmatamento representa grande teste para o Mercosul		20
Pará: o maior desmatador da Amazônia pode ser um líder da bioeconomia?		25
A China quer reduzir importação de soja. Como isso afeta a América do Sul?		30
Opinião: 'Passaporte verde' visa promover pecuária sustentável do Brasil na China		34
Brasil quer alavancar recuperação de terras degradadas		38

Prefácio de nossos editores

Após resistir à pandemia de Covid-19 e às mudanças na dinâmica global desde a invasão da Rússia à Ucrânia, agricultores sul-americanos possivelmente olharam para 2023 com a esperança de um ano mais estável pela frente. Para muitos, deu certo — o Brasil, por exemplo, teve uma safra recorde de soja para a temporada de 2022/23. Mas também foi um ano marcado por condições climáticas extremas, o que, em várias regiões, causou impactos significativos na produção e no comércio, nas paisagens e na resiliência dos produtores.

No coração agrícola da Argentina, uma seca severa desencadeada pelo fenômeno climático La Niña, com duração de três anos, atingiu os produtores de gado e soja e aprofundou os problemas econômicos do país. Agricultores do Sul do Brasil também foram duramente atingidos pelo La Niña e agora são afetados pelo homólogo El Niño, que já trouxe aumento das chuvas e novos desafios para as próximas safras.

Mesmo assim, os prejuízos resultantes dos extremos climáticos não impediram a expansão agrícola de ambos os países, o que aumentou as pressões sobre o uso da terra. Nas zonas úmidas da Argentina, por exemplo, organizações ambientais soaram o alarme sobre incêndios florestais recorde, os quais teriam sido deliberadamente provocados por pecuaristas para abrir novas pastagens. Apesar dessas ameaças e de cobrir 20% do território argentino, a maioria dessas zonas úmidas permanece desprotegida por lei.

Mudanças internacionais relevantes também foram observadas em 2023, com implicações para o comércio de soja e carne

bovina na América do Sul. Em maio, a União Europeia adotou uma nova lei que proibirá a importação de commodities associadas ao desmatamento e às violações de direitos humanos a partir de 2025. Isso pode ajudar a limpar as cadeias de suprimentos mais permeadas por impactos socioambientais negativos e obrigar outros mercados, como os dos EUA e da China, a implementar regulamentações semelhantes.

Na China, principal importador mundial de soja, essas tendências colocam questões para os produtores sul-americanos, já que o país visa aumentar sua produção doméstica do grão e reduzir a dependência de outras nações produtoras, como parte de uma iniciativa nacional mais ampla de segurança alimentar. Após anos de crescimento para atender à demanda chinesa, isso poderia trazer mudanças ao Brasil e à Argentina, embora analistas vejam poucos impactos de curto prazo em seus setores ou na sustentabilidade.

Juntamente com mudanças de políticas nos países compradores, há tentativas de tornar o comércio mais verde e de reduzir a pegada de carbono na América do Sul, tanto de cima para baixo quanto de baixo para cima. O desmatamento na Amazônia brasileira já caiu em um terço nos primeiros seis meses da nova presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, e um programa nacional está em andamento para restaurar terras degradadas para o uso agrícola e para impedir a expansão da agropecuária sobre as florestas.

Enquanto isso, futuros alternativos estão sendo imaginados, em que o estado do Pará, há muito foco de desmatamento, promove

planos para impulsionar sua bioeconomia, com vias a manter a floresta em pé.

A rastreabilidade da produção talvez seja o principal obstáculo. Para a soja argentina, novas plataformas de monitoramento e programas de transparência estão surgindo em resposta às demandas do mercado global. No Brasil, grandes traders, como a gigante chinesa de grãos Cofco, comprometeram-se com a rastreabilidade total das cadeias de produção, embora seu avanço ainda seja incerto. No estado de Mato Grosso, iniciativas multilaterais da sociedade civil chinesa com organizações estatais brasileiras resultaram na proposta de “passaportes verdes”, que visam aumentar a transparência e a sustentabilidade no comércio de carne bovina dos dois países.

Com a chegada da nova lei europeia contra o desmatamento, observadores veem a rastreabilidade como um caminho sem volta. No entanto, esse é um movimento que enfrentará desafios nas cadeias de produção de soja e carne bovina da América do Sul, muitas vezes complexas e que demandam assistência para que os pequenos e médios produtores atinjam a conformidade.

Na convergência de mudanças no mercado e ameaças climáticas, apresentamos esta seleção especial de reportagens que examinam como a soja e a carne bovina da América do Sul enfrentam um mundo em transformação. A coletânea traz percepções de ambos os setores, contribuições das principais vozes do mundo dos negócios, da ciência e dos governos de Brasil e Argentina — além de organizações sociais na China e de apurações em campo na América do Sul. Assim, ela ilustra o avanço rumo a um comércio sustentável de soja e carne bovina e os obstáculos que podem vir pela frente.

Fermín Koop e Patrick Moore
Editores da América Latina, Diálogo Chino





Trabalhador observa grãos de soja em uma fazenda em Firmat, na província de Santa Fé, Argentina (Imagem: Patricio Murphy / Alamy)

[Jorgelina Hiba](#)

Sojicultores argentinos defendem rastreabilidade contra desmatamento

Empresas e associações intensificam esforços para aumentar transparência e práticas sustentáveis na cadeia da soja em meio a mercados cada vez mais exigentes

Produtores e traders de soja na Argentina estão desenvolvendo sistemas de rastreabilidade para garantir que seus produtos provenham exclusivamente de áreas livres de desmatamento. Os esforços crescem em meio a regulamentações cada vez mais exigentes nos mercados de exportação, como ocorre na União Europeia (UE). Também

aumenta a pressão social para a produção sustentável de alimentos.

A soja é uma das maiores fontes de proteína do mundo, com seus grãos e subprodutos utilizados principalmente como ração animal. É também uma cultura-chave e uma grande fonte de divisas para a Argentina, terceiro maior produtor mundial, atrás apenas dos Estados Unidos e do Brasil.

Embora o cultivo de soja na Argentina remonte ao início do século 20, sua expansão ocorreu nas últimas décadas. Enquanto a safra de 1971-1972 teve 80 mil hectares de soja plantados, dez anos mais tarde foram dois milhões de hectares. Já em 2007-2008, a produção chegou a 16 milhões de hectares de soja, na época com recordes de preços.

A tendência foi acompanhada por um intenso processo de mudança no uso da terra que incluiu a perda de florestas, especialmente

no bioma Gran Chaco, que se estende pelo norte da Argentina e outros países. Esse ecossistema, segunda maior floresta da América do Sul depois da Amazônia, é uma das 24 maiores “fronteiras de desmatamento” do mundo, segundo a WWF.

Só o norte da Argentina perdeu mais de 110 mil hectares de floresta em 2021, segundo um relatório do Greenpeace. Hernán Giardini, coordenador da campanha florestal da organização na Argentina, disse ao *Diálogo Chino* que cerca da metade de todo o desmatamento no país é ilegal – realizado em áreas proibidas ou com “licenças frouxas”.

Avançar com sistemas de rastreabilidade para garantir que a soja não esteja ligada ao desmatamento seria, portanto, fundamental, defende Giardini. Mas ele alerta que longas e complexas cadeias de produção – bem como a mistura de soja de diferentes fontes nos portos exportadores – tornam os produtos ilegais difíceis de rastrear.

RESPOSTA A MERCADOS MAIS EXIGENTES

A Argentina e outras grandes produtoras agrícolas na América do Sul enfrentam a urgência de avançar com a rastreabilidade, em resposta às novas demandas da Europa, um de seus principais mercados compradores. Em dezembro, legisladores

“

Se a Europa começar, os Estados Unidos e o Reino Unido vão acompanhar, e depois a China, a Índia e quase todos os compradores

Gustavo Idigoras
presidente da Ciara

da UE chegaram a um acordo visando assegurar que todos os produtos vendidos para a região sejam livres de desmatamento.

“A Europa está avançando rapidamente com restrições às importações de produtos que são hoje os grandes motores do desmatamento global: soja, carne, cacau e outros”, observa Giardini, que espera que os Estados Unidos e a China sigam o exemplo. “Se os países sul-americanos querem manter seu modelo agroexportador, o desmatamento é a principal questão a ser resolvida a curto prazo”.

Gustavo Idigoras, presidente da Câmara Argentina da Indústria de Óleo Vegetal (Ciara, em espanhol), faz o mesmo diagnóstico, lamentando a falta de ação prévia dos produtores: “Os mercados nos deram a oportunidade de desenvolver programas de rastreabilidade como parte de um nicho comercial, mas agora isso está virando uma condição de produção e acesso a

esses mercados; é uma mudança transformadora”.

“Até agora, podíamos decidir se faríamos algo a respeito ou não, mas isso não será mais assim. Se a Europa começar, os Estados Unidos e o Reino Unido vão acompanhar, e depois a China, a Índia e quase todos os compradores”, acrescenta.

Várias iniciativas de rastreabilidade agrícola já estão em andamento na Argentina, tanto por parte de empresas individuais quanto por entidades setoriais.

Um projeto em pequena escala é a cooperação entre a plataforma Ucrop. it que tem um app de rastreio de colheitas, e a trader Viterra Argentina, que oferece aos produtores melhores preços se eles publicarem seus dados de produção no app desde a semeadura até a colheita.

Em outro caso, a multinacional e processadora de soja Louis Dreyfus Company assumiu compromissos para aumentar sua produção

de soja sustentável na Argentina. Na safra de 2020-2021, ela conseguiu certificar que 77% da soja do complexo industrial em General Lagos, em Rosário – um dos maiores do mundo – é “sustentável”. Ou seja, foi produzida em terras que não foram desmatadas desde 2008.

Também há iniciativas de agricultura sustentável no Gran Chaco financiadas pela Land Innovation Foundation (LIF), um fundo criado pela multinacional Cargill para buscar soluções contra o desmatamento. “Nosso objetivo é promover e apoiar soluções inovadoras para alcançar uma cadeia de produção de soja livre de desmatamento e neutra em carbono”, diz Carlos Quintela, diretor do fundo. Porém, nos últimos anos, a Cargill tem enfrentado várias acusações de manter ligações com o desmatamento e incêndios florestais, inclusive na região do Gran Chaco.

Um projeto com financiamento da LIF é desenvolvido por associações sojicultoras e trabalha com cem pequenos e médios agricultores em 250 mil hectares no Chaco, monitorando e promovendo práticas sustentáveis para impulsionar a produção em suas terras, assim como restaurar solos degradados.

Federico Fritz, especialista em desenvolvimento sustentável da Associação Argentina

de Consórcios Regionais de Experimentação Agrícola (Acrea), uma das entidades envolvidas no projeto, acredita que devem ter uma avaliação mais precisa da iniciativa até 2024, quando já terão identificado as práticas de produção sustentável mais bem-sucedidas no Chaco.

Outro projeto financiado pela LIF é desenvolvido pela fundação argentina ProYungas, junto a outra associação do setor. Com duração de três anos, o trabalho em três fazendas do Gran Chaco visa fortalecer a cooperação entre agricultores e organizações para apoiar as melhores práticas, a conservação e restauração da vegetação nativa em áreas de cultivo de soja. “Estamos buscando uma gestão da terra em grande escala e trabalhando para medir a pegada de carbono de toda a cadeia da soja”, diz Sebastián Malizia, diretor-executivo da ProYungas.


PLATAFORMA DE MONITORAMENTO

A LIF também financia um projeto da Ciara chamado Visec, uma plataforma de monitoramento da cadeia da soja na Argentina. A ferramenta combina dados de sistemas públicos e privados para rastrear o plantio em áreas prioritárias de conservação no Gran Chaco – e, em última instância, conter o desmatamento.

Lançado em maio de 2022, o Visec vai reunir dados de toda a soja comercializada

na Argentina em uma plataforma unificada, com base em vários parâmetros e exigências relevantes de sustentabilidade socioambiental. A iniciativa exigirá a participação de toda a cadeia de fornecimento, desde agricultores e traders até comunidades vizinhas, criando um banco de dados transparente e acessível ao público.

Para Idigoras, presidente da Ciara, o programa vai além das iniciativas individuais de algumas empresas e avança rumo a uma certificação de desmatamento zero para toda a cadeia da soja argentina. “Trabalhamos três anos nesta plataforma, falamos com as organizações que representam 80 mil produtores, traders, distribuidores e cooperativas de soja da Argentina. Estamos convencidos de que essa deve ser uma ação coletiva conduzida em consenso”, acrescenta.

O desafio está em implementar um sistema para atender às demandas do mercado e oferecer “garantias reais e eficazes” de rastreabilidade e transparência, diz Idigoras, que almeja deixar as exportações de óleo de soja, farelo e grãos 100% livres de desmatamento: “A porcentagem de soja proveniente do desmatamento ilegal é inferior a 5% da produção anual, o que é baixo em comparação com outros países. Queremos chegar a zero – é para isso que vamos trabalhar”. 

Opinião: China precisa regular couro comprado da Amazônia brasileira

Nova legislação na União Europeia pressiona China a também banir importação de produtos do desmatamento



Criação de gado em área desmatada em Candeias do Jamari, Rondônia. A pecuária é responsável por 80% do desmatamento na Amazônia brasileira (Imagem © Victor Moriyama / Amazônia em Chamas)

Em 2021, o desmatamento na Amazônia brasileira bateu o recorde dos últimos 15 anos, ameaçando os esforços globais para mitigar as mudanças climáticas e estancar sua perda de biodiversidade. Além do Brasil, a China também tem um papel central na questão. É o maior comprador das duas

principais commodities agrícolas que agem como motores do desmatamento: a soja e o gado.

Em 2021, a China foi o destino de cerca de 70% da soja, 64% da carne congelada e 34% do couro bovino exportados pelo Brasil. Esses produtos foram avaliados em mais

de US\$ 30 bilhões (R\$ 154 bilhões), segundo dados da Comtrade, da ONU. Isso garante à China uma posição decisiva para mudar a forma como essas commodities são produzidas no Brasil.

A pecuária é responsável por 80% do desmatamento na Amazônia brasileira. A maior parte disso é ilegal

e fere os direitos do meio ambiente e dos povos indígenas. Mas, nos últimos anos, o governo não vinha aplicando adequadamente essa legislação. Quem lucra com os crimes ambientais geralmente sai impune.

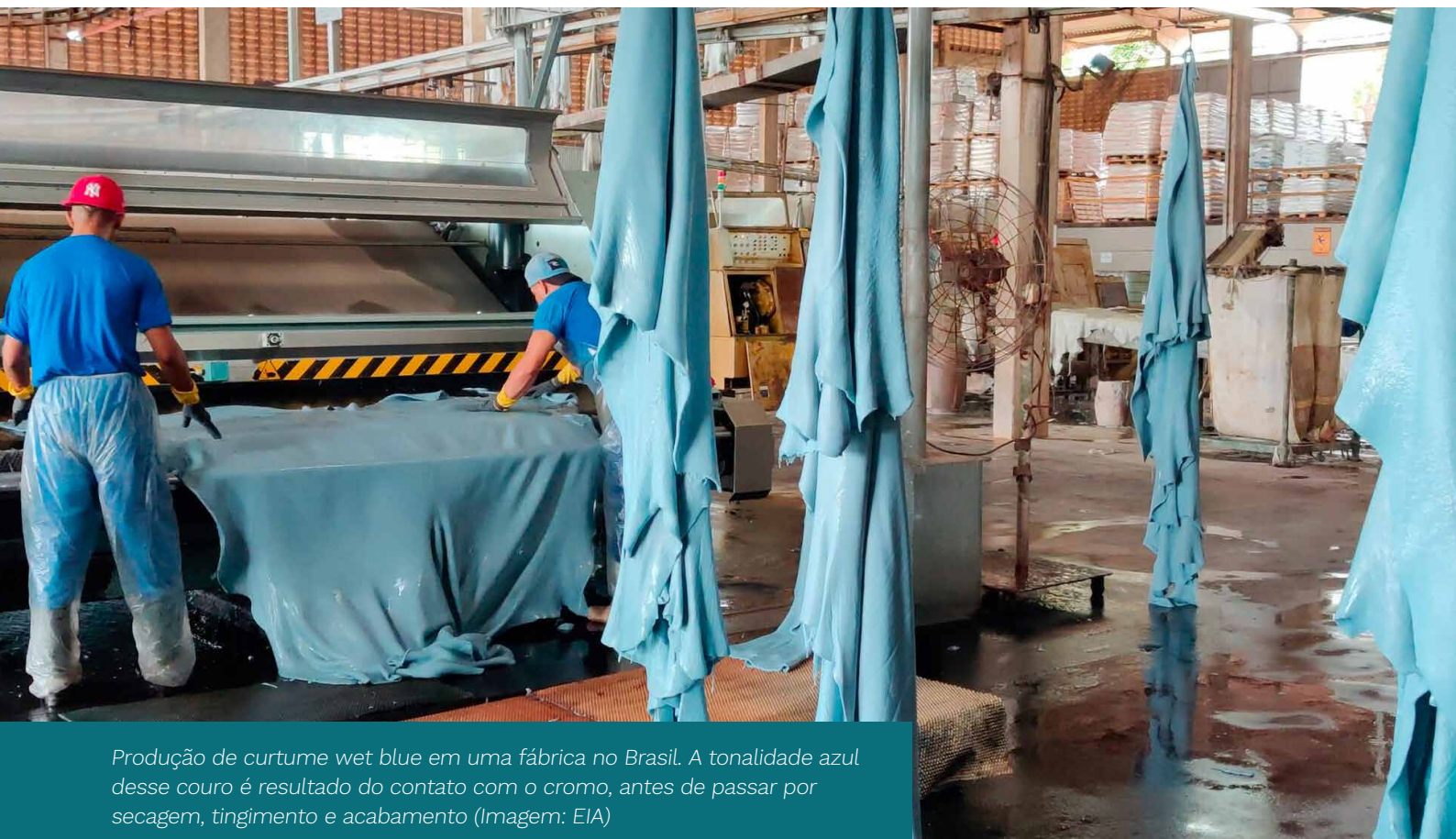
Mercados globais que aceitam produtos ligados ao desmatamento e ao crime também são responsáveis. A Agência de Investigação Ambiental (EIA, na sigla em inglês), dos Estados Unidos, recentemente publicou uma investigação mostrando como o gado criado em áreas desmatadas ilegalmente na Amazônia, inclusive em áreas protegidas, entra nas cadeias produtivas das maiores empresas de carne e couro do Brasil.

Essas empresas exportam o couro para grandes mercados consumidores — sobretudo EUA, União Europeia e China —, onde é utilizado como matéria-prima para diversos produtos, desde sapatos e sofás até bancos de carros de marcas famosas como BMW, Ford, General Motors, Toyota e Land Rover.

A indústria do couro tenta lavar as mãos sobre sua participação no desmatamento, alegando que o couro é apenas um subproduto da indústria da carne, mas a venda de peles é importante para a rentabilidade dos abatedouros. O Brasil exporta mais de 80% de seu couro, e a indústria automotiva é um de seus maiores usuários.

A investigação da EIA mostra que as falhas sistemáticas de fiscalização governamental e dos sistemas de rastreabilidade das empresas facilitam a “lavagem do gado” criado em terras desmatadas ilegalmente no Brasil. Nossas descobertas somam-se a um extenso conjunto de evidências publicadas por organizações socioambientais e governamentais na última década. Os compromissos voluntários das empresas brasileiras para eliminar esse gado de suas cadeias produtivas falharam terrivelmente na contenção da perda florestal.

O Brasil e seus parceiros comerciais agora devem implementar medidas regulatórias para desvincular



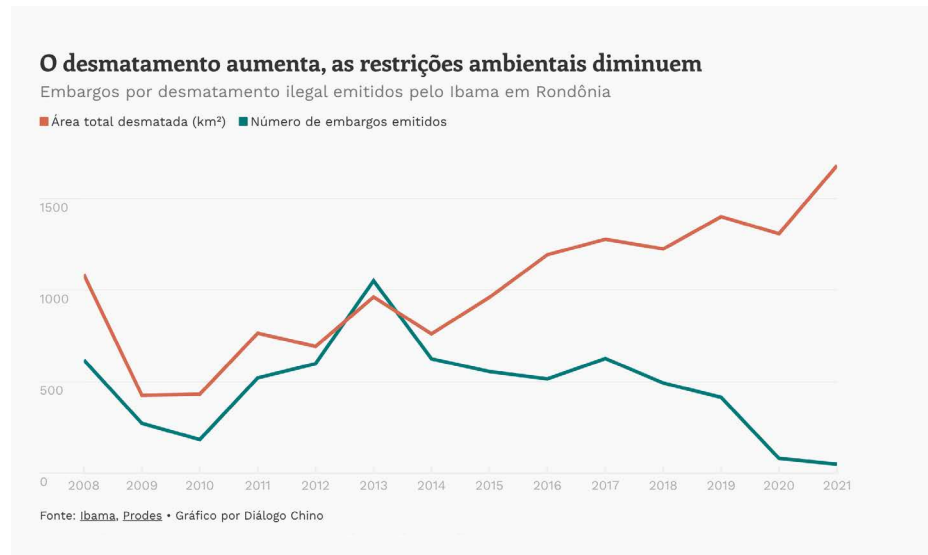
Produção de curtume wet blue em uma fábrica no Brasil. A tonalidade azul desse couro é resultado do contato com o cromo, antes de passar por secagem, tingimento e acabamento (Imagem: EIA)

sistematicamente o desmatamento da produção e do comércio agrícola. Na pecuária, a rastreabilidade deve considerar todo o ciclo de vida dos animais, desde o nascimento até o abate.

O recém-empossado presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumiu ambiciosos compromissos públicos para deter o desmatamento e as invasões de terras indígenas, mas enfrentará uma oposição feroz da poderosa minoria que lucra com a destruição. Uma forte sinalização dos parceiros comerciais do Brasil — nenhum mais influente do que a China — em apoio aos esforços de Lula seria essencial para impulsionar as reformas necessárias. Tais medidas ajudariam na criação de cadeias produtivas rastreáveis e transparentes, na aplicação da legislação de proteção ambiental e das comunidades tradicionais e na redução do desmatamento.

Medidas do governo chinês para exigir e fiscalizar que seus importadores não trabalhem com produtos de soja e gado associados ao desmatamento e outros crimes ambientais criariam um poderoso incentivo para o governo brasileiro e os produtores agrícolas.

O outro lado dessa oportunidade são os riscos inerentes à manutenção do status quo do mercado. A União Europeia adotou uma nova regulamentação que exige das empresas medidas



rígidas para garantir que produtos colocados à venda na Europa não sejam produzidos por desmatamento ou outros crimes. O Congresso dos EUA estuda medidas semelhantes. Se os principais mercados consumidores fecharem as portas a produtos ligados ao desmatamento, esses produtos só poderão ser direcionados para mercados sem regulação.

Os EUA e a Europa consomem bem menos soja e produtos bovinos brasileiros do que a China, o que torna ainda mais importante uma mobilização do legislativo chinês para garantir que as importações de commodities não tenham nenhuma ligação com o desmatamento. A China não gostaria de se tornar um local de descarte de produtos oriundos de desmatamento e outros crimes ambientais, porque isso prejudicaria sua credibilidade como líder global nos esforços para combater as mudanças climáticas e a perda da

biodiversidade. O país inclusive é signatário da Declaração de Glasgow para conter o desmatamento até 2030.

As próprias importações chinesas dos produtos brasileiros podem ser impactadas pela crise climática. Cientistas alertam que a Amazônia está próxima de atingir seu “ponto de virada” por causa do desmatamento, o que significaria o colapso de grande parte do ecossistema amazônico. Além de liberar bilhões de toneladas de dióxido de carbono na atmosfera e colocar as metas do Acordo de Paris fora de alcance, isso pode ter impactos potencialmente dramáticos nos padrões de chuvas e na regularidade da produção agrícola na região.

Considerando sua dependência das importações de alimentos do Brasil, a adoção de regulamentações internas pela China para barrar os produtos do desmatamento pode ser até mesmo uma questão de interesse nacional. 🇧🇷

Incêndios destroem até áreas úmidas da Argentina



Capivara, roedor gigante nativo da América do Sul, em área úmida desmatada na província argentina de Corrientes (Imagem © Emilio White / Greenpeace)

Apesar de incêndios e secas prolongadas, legislação para proteger áreas úmidas está longe de ser aprovada no Congresso

Esteban Martín cuida de dezenas de colmeias em sua residência à beira do córrego El Laurel, em uma das mais de cem ilhas da província Entre Ríos, na Argentina. As ilhas fazem parte das áreas úmidas do delta do rio Paraná, um dos mais extensos, povoados e biodiversos do mundo.

“Sou nativo da ilha e apicultor”, diz Martín, aos 66 anos. “Morei aqui minha vida inteira e nunca tinha visto este lugar como agora, todo seco e queimado. A paisagem de antes desapareceu. Depois do incêndio, mudou para sempre. Isso aqui era uma zona úmida, mas está virando pastagem”.

As áreas úmidas correspondem a mais de 20% do território argentino. São diversos ecossistemas cobertos por água superficial ou com solos úmidos, como banhados, estuários e matas ciliares. Essas áreas prestam importantes serviços ecossistêmicos, desde a mitigação da seca até a captura de carbono.

A ilha onde Martín mora foi duas vezes atingida por incêndios nos últimos três anos: em 2020, a casa, o galpão onde guardava ferramentas e muitas de suas colmeias foram queimadas. “Tive que começar do zero porque não sobrou nada”, lembra.

Então, no fim de 2022, uma nova onda de incêndios destruiu toda sua produção de mel: “Foi muito difícil. Ainda estou tentando voltar a produzir, porque perdi todas as abelhas. O incêndio afetou minha saúde e meu trabalho”.

O Delta do Paraná, que abrange 1,7 milhão de hectares, enfrenta uma crise histórica de incêndios. Recentemente, o fogo chegou mais ao norte, na província de Corrientes e nas zonas úmidas da Reserva Provincial Iberá — que se estende por 1,3 milhão de hectares.

Mais da metade do Delta do Paraná foi afetada pelo fogo nos últimos três anos. Nas áreas úmidas de Iberá, as chamas se espalharam por mais de 100 mil hectares só nos dois primeiros meses de 2023.

Os incêndios impactaram diversos ecossistemas, bem como seus solos, habitats e espécies. A poluição do ar e a fumaça são um risco para a saúde pública de cidades próximas, como Rosário, com um milhão de habitantes. “A queima de áreas úmidas é um dos piores desastres ecológicos da região e afeta seriamente a saúde de nossa população”, diz um comunicado da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Rosário.

Os incêndios coincidiram com uma seca histórica de

três anos na Argentina, cujos efeitos são exacerbados pelas mudanças climáticas. Os prolongados períodos de seca, combinados com uma série de intensas ondas de calor, criaram condições ideais para o início — e a propagação — de incêndios florestais.

Organizações ambientalistas, no entanto, alegam que os incêndios foram provocados por ação humana, apontando para mudanças no uso do solo promovidas por pecuaristas que expandem suas pastagens por meio da queima da vegetação natural. Para regular o uso do solo e proteger os ecossistemas, há anos essas entidades pedem a criação de uma Lei de Áreas Úmidas — mas o apoio político ainda é insuficiente.

DEMANDA POR CARNE, BUSCA POR PASTO

A pecuária em terras úmidas é uma atividade tradicional na Argentina, um país que abriga cerca de 53 milhões de cabeças de gado. Na província Entre Ríos, onde estão 80% das ilhas do Delta do Paraná, há 2,8 milhões de bois distribuídos por áreas continentais e insulares, segundo o Censo Agropecuário de 2018 da Argentina.

A pecuária argentina fechou 2022 com uma produção de mais de três milhões de toneladas de carne, com uma parcela significativa enviada ao exterior: as exportações somaram 625.700 toneladas no ano passado, um aumento de 9,5% em relação a 2021, de acordo com dados da Câmara de Indústria e Comércio de Carnes e Derivados da Argentina (Cicpra). A China é

o maior comprador de carne bovina do país e destino de 485.700 toneladas em 2022, um aumento de 14,4% nas exportações em relação a 2021. Oito de cada dez quilos de carne argentina exportadas foram para o país asiático, trazendo receitas da ordem de US\$ 2,3 bilhões.

À medida que a demanda cresce e a produção se expande, as áreas úmidas da Argentina viraram alvo para se tornarem pastagens, inclusive com o apoio de controversos programas do governo.

“A pecuária pode até ser a atividade econômica mais apropriada nas áreas úmidas do Delta do Paraná, mas somente se for feita de forma sustentável e não industrial”, diz Rubén Quintana, biólogo e presidente da Fundación Humedales.

A pecuária nas zonas úmidas da Argentina mudou muito nas últimas décadas: se antes havia uma paisagem com pequenas fazendas e culturas de subsistência, agora o que se vê são propriedades com operações de escala industrial.

Também houve um notável aumento das cabeças de gado nos últimos anos ligado à queda do fluxo do rio Paraná: com os níveis de água mais baixos dos últimos 80 anos, novas terras se tornaram disponíveis para os produtores. Segundo dados do Serviço Nacional de Agricultura e Segurança Alimentar (Senasa), o número de cabeças de gado no Delta do Paraná cresceu 46% entre 2017 e 2022, de 130.992 para 191.662.

No entanto, o agrônomo Ernesto Massa, do Instituto

Nacional de Tecnologia Agrícola (Inta), destaca que houve um pico no número de cabeças de gado em 2007, quando havia 1,5 milhão de animais — algo que não repetiu desde então. “Desde 2010, o rebanho vem diminuindo, embora de fato tenha ocorrido um aumento devido à baixa do rio. Hoje estamos com 60% ou 70% do rebanho de 2007”, explica.

O pecuarista Leonardo Scarparo concorda. “Estamos com 10% do rebanho que tínhamos na melhor época. As ilhas estavam vazias antes dos incêndios”, diz o fazendeiro, que cuida de uma propriedade com 800 hectares e cerca de 200 animais. A maioria de sua produção é exportada.

FOGO, GADO E ACUSAÇÕES MÚTUAS

Organizações ambientais afirmam que os incêndios nas áreas úmidas foram provocados por pecuaristas para “limpar” a vegetação seca no inverno e permitir que a grama crescesse para alimentar o gado na primavera.



Cidade de Rosário, na Argentina, engolida pela fumaça dos incêndios no Delta do Paraná, em setembro de 2022 (Imagem © Sebastián Suárez Meccia / Greenpeace)

“O avanço da fronteira pecuarista e o aumento do rebanho nas áreas úmidas explicam boa parte dos incêndios”, diz Ivo Peruggino, da rede de conservação Multisectorial Humedales. “Além disso, há outros atores envolvidos, como o setor imobiliário e os caçadores de animais silvestres”.

Para cientistas, a resposta para a origem dos incêndios recentes não é tão simples. “É uma soma de fatores, e eu não responsabilizaria apenas os pecuaristas, embora muitos ateiem fogo em seus campos”, diz Rubén Quintana. “Nestas condições ambientais excepcionais, a utilização desse método é muito mais grave”.

De sua ilha em Entre Ríos, Esteban Martín oferece outra interpretação: “Antes, a pessoa que fazia a queimada era o nativo. Mas não agora. Qualquer um vem, taca fogo e não se importa com nada, principalmente quem aluga a terra para a criação de gado”.

Ernesto Massa destaca que as queimadas são uma prática antiga na pecuária, mas alerta para seus riscos: “O fogo serve para renovar a vegetação, é uma prática cultural, barata e fácil de manejo de pastagens, mas é preciso usá-la corretamente”.

Já Scarparo argumenta que os incêndios foram causados propositalmente para “gerar intriga” com os fazendeiros.

LEI DAS ÁREAS ÚMIDAS: A SAGA CONTINUA

Enquanto a crise dos incêndios se agrava, aumenta a pressão para a criação de

uma Lei de Áreas Úmidas como ferramenta para regular os usos produtivos do solo. Porém, já foram quatro tentativas fracassadas na última década — a mais recente em 2022, quando o Congresso da Argentina barrou um novo projeto de lei sobre o tema.

Segundo ambientalistas, setores economicamente poderosos impedem qualquer avanço nessa legislação: “O agronegócio empurra sua fronteira permanentemente sem se preocupar com o que está desmatando”, diz uma carta aberta da Associação Argentina de Advogados Ambientalistas. “Essa conjunção de interesses contra a Lei de Áreas Úmidas provoca uma enorme resistência política e midiática. É o lobby do fogo”.

Organizações agrícolas, por sua vez, alegam que essa lei seria contrária aos interesses do setor produtivo e geraria mais pobreza. Em novembro de 2022, uma coalizão de grupos agropecuários influentes publicou uma carta aberta intitulada “Não precisamos de outra lei de política ambiental”, declarando que essa proposta vai contra sua atividade e “põe em risco as origens rurais e o desenvolvimento do país”.

Após quatro tentativas fracassadas, quem acompanhou o debate de perto considera improvável que a Lei das Áreas Úmidas seja novamente discutida no Congresso num futuro próximo. “É ano eleitoral e não acho que qualquer partido vá olhar para isso”, diz Quintana. “Esperava que


o projeto avançasse no ano passado, mas não avançou”.

DESAFIOS DA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

A Fundación Humedales trabalha com um grupo de pecuaristas nas áreas úmidas do país para introduzir métodos de produção mais sustentáveis. Isso envolve adotar práticas que melhorem o manejo ambiental das fazendas pecuaristas, além de um programa de monitoramento e avaliação de indicadores.

O principal objetivo é a adoção de práticas que ajudem na conservação do ecossistema, explica Rubén Quintana. Para isso, ele defende a importância de recompensar os produtores por seus esforços. “Queremos desenvolver uma certificação que identifique a pecuária sustentável de zonas úmidas”.

A organização trabalha com 12 fazendas em diferentes partes do Delta do Paraná em questões como manutenção de pastagens, melhoria da qualidade da proteção do solo, manejo d’água e da vegetação, controle da população de animais e convivência com a fauna silvestre.

“O modelo de pecuária extensiva implica uma transformação drástica das áreas úmidas”, diz Quintana. “Antes havia uma pecuária tradicional de zona úmida, mas provavelmente também não é a mais apropriada agora. Temos que procurar modelos intermediários que permitam a produção sem alterar profundamente a hidrologia dessas áreas”. 

Cofco: dados superficiais geram dúvidas sobre origem de soja comprada no Brasil



Árvores em meio à terra seca dos campos de soja no Cerrado, em Goiás. Composto principalmente por savanas, o bioma tem menos proteção do governo brasileiro e de leis internacionais do que florestas como a Amazônia (Imagem: Trajano Paiva / Alamy)

Apesar de empréstimos vinculados a metas de sustentabilidade, chinesa do agronegócio divulga poucas informações sobre esforços para combater desmatamento de biomas como Cerrado

Com uma receita de US\$ 53 bilhões, a multinacional do agronegócio Cofco International concentra 60% de seus ativos de grãos na América do Sul — em parte alavancados por empréstimos de US\$ 3 bilhões atrelados a metas de sustentabilidade. Embora siga sua expansão regional apoiada por

financiamentos verdes, a trading presta poucas e opacas informações sobre os avanços de seus compromissos ambientais.

Em 2020, a Cofco International havia prometido rastrear, até este ano, todas as fazendas de soja das quais compra diretamente no Brasil,

seu principal parceiro na América do Sul. O objetivo era garantir que a empresa não comprasse grãos cultivados em terras desmatadas ilegalmente.

Em vias de acabar o prazo, a empresa informa ter atingido 80% de sua meta, segundo seu último relatório de sustentabilidade, divulgado em junho. Mas essa informação não passa de uma linha em um documento de mais de 80 páginas. Em suas plataformas digitais, há poucos detalhes desse progresso.

Em outro trecho do relatório, Helen Song, diretora financeira da Cofco International, disse que “a cada ano, a proporção de commodities certificadas de forma sustentável em nosso portfólio aumenta”. E na sequência, a companhia garantiu ter atingido “todas as metas socioambientais e de rastreabilidade ligadas aos fornecedores diretos em relação ao nosso empréstimo vinculado à sustentabilidade”. Mas o *Diálogo Chino* não encontrou no relatório ou em outras plataformas detalhes sobre as metas mencionadas pela empresa, nem a proporção de produtos certificados em seu portfólio.

Em 2021, durante a conferência climática COP26, a Cofco International, junto de outras 11 tradings, assinaram uma declaração se comprometendo com um plano de ação para eliminar o desmatamento de suas cadeias produtivas. Um plano foi então apresentado na cúpula seguinte, a COP27, e previa rastrear a produção de soja no Cerrado, Amazônia e Gran Chaco até 2025. Porém, o documento, embora disponível na internet, não especifica as ações das signatárias.

“As tradings reportam compromissos públicos em ecossistemas vulneráveis, mas a gente precisa ver resultados acontecendo no chão”, diz André Vasconcelos, líder global de engajamento da Trase, plataforma de monitoramento de cadeias de produção. “Elas precisam ser mais transparentes para que a sociedade possa

acompanhar seus esforços. Esta é uma deficiência da cadeia inteira”.

Questionada sobre a limitação das informações prestadas, a Cofco International não respondeu aos pedidos de entrevista do *Diálogo Chino*. A Agrosatélite, parceira da empresa chinesa no monitoramento remoto das fazendas, também não retornou aos pedidos de informações.

RISCO DE DESMATAMENTO

Uma análise divulgada em março pela Trase mostra que a Cofco International esteve exposta ao risco de ter comprado soja de mais de 12 mil hectares, em 2020, de terras então recém-desmatadas, a maior parte no Cerrado.

O Cerrado é composto principalmente por savanas e tem menos proteções legais — tanto do governo brasileiro como de normas internacionais — do que biomas florestais, como a Amazônia.

E não é apenas um risco: uma investigação de junho da Repórter Brasil mostra que, em 2021, a Cofco comprou, por meio de fornecedores indiretos, soja de áreas desmatadas

em Mato Grosso, coberto por Cerrado e Amazônia. Trata-se de operadores intermediários, como cooperativas, armazéns e entrepostos revendedores, situados entre a lavoura e as grandes compradoras — as tradings.

O Soft Commodities Forum (SCF), rede de tradings agrícolas que busca eliminar o desmatamento na cadeia da soja no Cerrado, coleta e divulga dados sobre o avanço das gigantes dos grãos na proteção do bioma.

A organização prioriza o monitoramento em localidades que considera de alto risco de desmate. Ocorre, porém, que o desmatamento avança sobre uma área muito maior: enquanto a organização rastreia apenas 61 municípios produtores no Cerrado, há lavouras em pelo menos 1.122 municípios cobertos pelo bioma, segundo a associação do setor Abiove.

“Na safra atual plantamos [o setor de soja] 21,4 milhões de hectares no Cerrado, o que equivale à metade da área plantada no Brasil”, afirma Bernardo Pires, diretor de sustentabilidade da associação, em entrevista

Mais de **10 mil km²**

de Cerrado foram desmatados entre agosto de 2021 e julho de 2022. A expansão agrícola é a maior responsável.



Imagem de satélite CBERS4 mostra fazendas no Chapadão do Céu, em Goiás. Nessas áreas do Cerrado, a vegetação nativa foi substituída por campos de soja e algodão (Imagem: Oton Barros / INPE, CC BY-SA)

ao *Diálogo Chino*.

“Praticamente o Cerrado inteiro tem condições favoráveis ao cultivo e, de fato, é uma expansão que deve ser controlada”. A Abiove não se pronunciou especificamente sobre a Cofco International.

O relatório mais recente da SCF, de dezembro de 2022, diz que a trading mapeia 100% dos fornecedores indiretos até o primeiro ponto de agregação (onde os grãos de diferentes fazendas se misturam, por exemplo, nos silos de uma cooperativa) desses 61 municípios, mas o documento não menciona como isso foi feito, nem como chegou aos resultados apresentados.

O bioma já perdeu metade da vegetação nativa e continua sofrendo recordes de desmatamento. Conforme o Prodes, sistema de monitoramento do governo brasileiro, a perda da savana no último ano foi a maior desde 2015. No monitoramento anual, entre agosto de 2021 e julho de 2022, o bioma perdeu mais de 10 mil quilômetros quadrados, área duas vezes o tamanho do Distrito Federal.

No momento, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima elabora o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado, que irá à consulta pública no setembro.

TRADING SE CONSOLIDA NO MATO GROSSO

Cofco International ficou entre as cinco maiores exportadoras de soja no Brasil em 2020 e é uma das que mais exporta soja para a China. Ela compra soja direta e indiretamente de produtores rurais e intermediários, como cooperativas. Parte dessa soja é processada nas próprias fábricas da trading no país, que depois envia farelo e óleo de soja para diferentes portos da China por meio de suas subsidiárias.

No entanto, não é possível determinar o volume de soja produzido ou exportado pela Cofco International. Além do grande número de subsidiárias envolvidas, nenhuma delas tem operações em bolsas ou divulga voluntariamente essas informações.

A Cofco International diz ter negociado 127 milhões de toneladas de commodities em 2022. Mas ela não oferece dados sobre a divisão deste comércio. Nos relatórios do Round Table On Responsible Soy, organização suíça que monitora o comércio global do grão e da qual a Cofco participa, a chinesa classificou essas informações como “sensíveis”.

Cruzando diferentes bases de dados, a Trase estimou que, em 2020, a Cofco International exportou mais de cinco milhões de toneladas de soja do Brasil, sendo pouco mais de três milhões para a China, e o restante para vários países,

incluindo Indonésia e Singapura.

A companhia atua por quase todos os 15 estados e o Distrito Federal permeados por Cerrado — detém duas usinas de processamento e 18 silos em Mato Grosso. Além disso, possui escritórios e prospectores de agricultores, os chamados “originadores”, atuando em epicentros altamente produtivos como Luís Eduardo Magalhães, na Bahia, Sorriso, em Mato Grosso, e Balsas, no Maranhão.

O coração das operações da chinesa está em Mato Grosso, estado de maior produção agrícola, que tem 40% do seu território coberto pelo Cerrado. Conforme levantamento da reportagem com várias fontes, a multinacional possui, no estado, uma rede de silos, com capacidade de armazenar 1,1 milhão de toneladas de grãos.

A operação não acontece sem incentivos governamentais altos: a reportagem apurou que a Cofco International beneficia-se de mais de dez protocolos de renúncia fiscal com isenções que chegam a 85% em Mato Grosso. Sua infraestrutura continua em expansão no estado, inclusive sobrepondo-se ao Cerrado ou suas zonas de transição com outros ecossistemas.

RASTREAMENTO DIFÍCIL COM MAIS SOJICULTORES

O sojicultor Cassimiro Pinheiro é um dos que decidiu investir na cultura em



Pesquisa da Fase na região do Matopiba detectou problemas enfrentados por agricultores familiares decorrentes do uso de agrotóxicos e da presença de empresas estrangeiras na região (Imagem: Rosilene Miliotti / Fase, CC BY-NC)

Buritis, município do Cerrado em Minas Gerais. Há seis anos, planta somente soja.

“Aqui virou febre e, se você procurar terra para comprar, não vai achar. Todo mundo quer plantar soja”, avisa Pinheiro, revelando que burlar as normas ambientais é prática corriqueira na região. “Eu me preocupo com a derrubada porque isso afeta as águas, mas todo mundo acaba se excedendo um pouco e desmatando até em áreas de preservação permanente”, afirma.

Eles não têm muito incentivo para parar, diz Pinheiro, porque “quando são multados, recorrem algumas vezes para, no final das contas, pagarem bem baratinho”.

O agricultor fornece soja à cooperativa Coagril, que a revende para diversas companhias. Mas ele não sabe se a entidade abastece a Cofco International. Perguntada, a associação

não forneceu a informação.

O pesquisador americano Donald Sawyer vive no Brasil há cerca de cinco décadas e, em 1990, ajudou a fundar o Instituto Sociedade, População e Natureza. Ele não acredita que o rastreamento dos enormes volumes do grão transportado pelo país seja possível. Maior produtor de soja do mundo, o Brasil finalizou a colheita da safra 2022/2023 e quebrou mais um recorde, com 154,6 milhões de toneladas produzidas. “Como é que vamos saber de onde veio cada saca? O desmate tem de ser combatido onde ele acontece, na ponta da cadeia produtiva, que é a fazenda, e não ao longo do caminho”.

“Acho que, se as promessas de desmatamento zero [das tradings] não se cumprirem, alguns atores serão desmoralizados. Certos segmentos têm que tomar cuidado com gestos simbólicos, que podem sair pela culatra”, finaliza. 🇧🇷

La Niña chega ao fim, mas seca ainda deixa marcas na Argentina

Agricultores têm pior safra de soja em 23 anos devido ao impacto da seca e das más condições do solo

Há 35 anos, Gustavo Recupero supervisiona semanalmente cerca de 70 mil hectares de terras agrícolas dos Pampas, região central da Argentina. Engenheiro-agrônomo, Recupero presta consultoria para produtores em uma área antes considerada uma das mais férteis do país. “Nunca vi isso”, diz ele, em

referência aos impactos da seca dos últimos três anos.

Desde meados de 2020, o coração agrícola da Argentina — que abrange as províncias de Santa Fé, Buenos Aires, La Pampa e Córdoba — registrou um déficit hídrico equivalente a um ano inteiro sem chuvas, de acordo com dados da

Bolsa de Comércio de Rosário (BCR). Em 2023, os impactos desse déficit podem levar a perdas econômicas na casa dos US\$ 20 bilhões, o que representa 3% do PIB argentino.

A seca foi causada principalmente pela ocorrência do La Niña pelo terceiro ano consecutivo e afetou todo o Cone Sul. Embora esse seja um fenômeno climático natural, seus impactos são potencializados pelas mudanças climáticas. É o que explica um grupo de cientistas da iniciativa World Weather Attribution em um artigo publicado em fevereiro.

Mas a persistência do La Niña — que deixou agricultores e traders calculando os prejuízos da safra fracassada — não foi o único fator que contribuiu para essas perdas. De acordo com Rubén Walter, diretor de análises agrícolas da Bolsa de Comércio de Santa Fé, a seca se somou a uma deterioração do solo, que vem sendo causada por más práticas de produção e manejo.

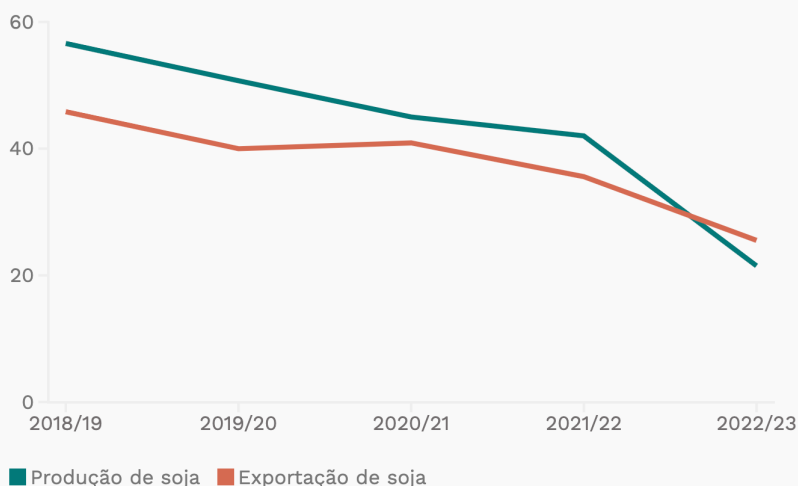
Agora, é isso o que as lideranças da agricultura argentina tentam corrigir para garantir a sustentabilidade do setor.



Plantação de soja em solo seco. A atual safra de soja é a pior em 23 anos na Argentina, um dos principais países sojicultores no mundo (Imagem: Rubén Walter)

Terceiro ano seguido de seca afeta soja argentina

Produção e exportações de soja (milhões de toneladas)



Fonte de dados: Bolsa de Valores de Rosário • Gráfico: Diálogo China

Observação: a produção de soja inclui grãos de soja, farinha de soja, óleo de soja e biodiesel

UMA SAFRA PARA SE ESQUECER

Devido aos impactos da seca, a produção dos três principais cultivos da Argentina — soja, milho e trigo — será de cerca de 65 milhões de toneladas nesta safra, uma queda de 45% em relação à anterior, de acordo com dados da BCR. Tem sido um período especialmente difícil para a produção de soja, que demanda bastante água e enfrenta sua pior safra em 23 anos.

“Este ano foi desastroso”, diz Valeria Caponi, produtora de soja de Cañada de Gómez, na província de Santa Fé. Ela conta como suas melhores plantações renderam, por hectare, apenas 11 quintais (cada quintal equivale a 100 kg), bem abaixo da média de 35 quintais por hectare. “Tive outros cultivos que renderam apenas um”, acrescenta. “Meu pai tem 71 anos e nunca viu nada parecido”.

Indicadores mostram que 2022-2023 será uma safra para se esquecer. Um dos dados mais impressionantes é o da área não colhida da Argentina — ou seja, a terra que foi plantada, mas cuja safra foi perdida antes da colheita. De acordo a BCR, essa área chegou a 36,4 milhões de hectares — três vezes mais do que o recorde anterior, registrado na safra de 2015-2016.

A queda na produção deve ter um impacto significativo nas receitas das exportações argentinas. As estimativas da BCR indicam que o país verá um declínio de 40% na receita de exportação da soja em comparação com 2021-2022, representando uma perda de cerca de US\$ 8 bilhões.

A China, um dos principais destinos da soja argentina, compra 90% do que é exportado. Já a Índia é a principal compradora de óleo de soja. Para o farelo e os pellets de soja (usados

para ração), as exportações são mais distribuídas: Vietnã, Indonésia, Argélia e países da União Europeia estão entre os principais compradores.

MUITO ALÉM DA SECA

A seca é a principal causa da queda na produção agrícola da Argentina, mas fatores relacionados a um modelo de produção “tremendamente extrativista” também contribuíram, diz Recupero, que presta consultoria para a Sociedade Rural de Rosário. O agrônomo diz que a situação é “muito séria”: 30% dos campos de soja estão com uma produtividade de zero a quatro quintais por hectare, sendo que antes oscilavam entre 28 e 32 quintais por hectare, de acordo com um relatório produzido por ele recentemente.

Rubén Walter, da Bolsa de Comércio de Santa Fé, concorda com Recupero. “Nos últimos dez anos, temos observado um processo de deterioração física do solo”, explica Walter. “A estrutura do solo — sua permeabilidade, o movimento interno das raízes — não tem as mesmas condições de uma década atrás”.

O agrônomo Sérgio Montico, professor de manejo de solo na Faculdade de Ciências Agrícolas da Universidade Nacional de Rosário, observa que o processo de degradação do solo na Argentina está em andamento há décadas. “Não aplicamos as técnicas corretas para mitigá-lo”, diz.

Vários produtores agrícolas consultados pelo *Diálogo Chino* compartilham dessa opinião, mas também apontam para dificuldades de investir na melhoria da saúde do solo. “São investimentos muito altos diante da pressão tributária ou da ruptura do mercado”, diz um agricultor que pediu para não ter seu nome revelado. “Para ser honesto, você só investe no que pode”, diz outro.

Em novembro de 2022, o Banco Mundial publicou um relatório no qual recomenda uma série de medidas para a agricultura argentina em meio a secas frequentes e persistentes. O documento afirma que o setor poderia ajudar a garantir sua resiliência adotando técnicas inteligentes em relação ao clima, culturas resistentes à seca e seguros baseados em índices como os níveis de chuva.

Iniciativas para melhorar a gestão hídrica também estão em andamento, como o plano nacional do governo argentino para expandir os sistemas de irrigação sustentável, lançado em abril. Atualmente, apenas 5% dos 42 milhões de hectares de terras agrícolas do país são irrigados, e o plano visa investir US\$ 2 bilhões para duplicar essa área. Até o momento, só foram implementados projetos que abrangem cerca de 160 mil hectares, mas o anúncio de novos financiamentos pode aproximar o país da meta de ampliar os sistemas de irrigação para 1,9 milhão de hectares de terra.

“

Da forma como manejamos a agricultura na Argentina, não estamos acostumados a fazer previsões, planejar, mitigar ou nos adaptar

Sergio Montico

professor de manejo de solo na Universidade Nacional de Rosário

De acordo com o professor Montico, que trabalha há mais de três décadas com práticas de manejo e conservação do solo, o país precisa recuperar o tempo perdido e agir o quanto antes. “Da forma como manejamos a agricultura na Argentina, não estamos acostumados a fazer previsões, planejar, mitigar ou nos adaptar”, diz.

Walter, da bolsa de Santa Fé, concorda, descrevendo a falta de preocupação em relação à degradação do solo entre agricultores experientes, geralmente acostumados com as vicissitudes da produção. “Quando vou ao campo, há uma frase que escuto com frequência”, conta, “de que o solo ‘vai aguentar’”.


O SOLO VAI AGUENTAR?

Na preparação dos agricultores para a próxima safra, espera-se que o longo período de seca desapareça da memória. Mas não será uma temporada com níveis normais de chuva. Tanto Mario Navarro, diretor do observatório meteorológico

da cidade de Salsipuedes, na província de Córdoba, quanto José Luis Stella, climatologista do Serviço Meteorológico Nacional, preveem a chegada do El Niño, fenômeno climático contrário ao La Niña, que provavelmente trará chuvas acima da média.

Para alguns, isso pode soar como uma boa notícia, uma forma de neutralizar os três anos de seca causados pelo La Niña. Porém, especialistas alertam que não é bem assim.

Para Rubén Walter, não se deve esperar que uma ou duas chuvas recuperem as condições do solo, uma vez que apenas parte dos aquíferos serão recarregados. “Se medirmos o solo a 80 ou 90 centímetros [de profundidade], haverá falta d’água”.

Um relatório da Bolsa de Cereais de Buenos Aires confirma o problema: embora possam ocorrer chuvas intensas, após três anos de seca, “não se deve esperar um alívio rápido”. 

Lei europeia de desmatamento representa grande teste para o Mercosul

Especialistas dizem que legislação ajudará a combater impactos socioambientais da agroindústria, mas ela pode criar novos problemas



Bovino em fazenda em Cerquilho, interior de São Paulo. Nova legislação pode barrar acesso de carne bovina sul-americana a mercados europeus (Imagem: Dan Agostini / Diálogo Chino)

A nova legislação europeia para banir a importação de commodities associadas a desmatamento e violações aos direitos humanos, que entrou em vigor no final de junho, pode impactar significativamente o mercado agrícola do Mercosul — bloco formado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Estão no alvo as cadeias produtivas de óleo de palma, soja, gado, madeira, cacau, café e borracha, além de derivados como móveis, chocolate e

papel. Essas commodities representam a maior parte do desmatamento importado pela União Europeia (UE) e, sem intervenção, resultariam na perda de 248 mil hectares anuais de florestas — uma área quase do tamanho de Luxemburgo a cada ano.

A lei europeia abrange todos os países com os quais o bloco tem relações comerciais, mas terá efeitos bastante práticos no Mercosul, que tem na UE seu maior parceiro comercial e o segundo

em comércio de bens, atrás apenas da China. Em 2021, a UE comprou o equivalente a 43 bilhões de euros da região, sendo 20% em produtos vegetais como soja e café.

Especialistas consultados pelo *Diálogo Chino* acreditam que o maior rigor na exportação ajudará a limpar as cadeias mais permeadas por impactos socioambientais na América Latina. Mas a lei, eles afirmam, pode criar novos problemas, como a migração de

danos a biomas não contemplados pela norma. Enquanto isso, setores do agronegócio e de governos locais a descrevem como protecionista.

COMO LEI FUNCIONA: EMPRESAS SÃO ALVO

Pela nova legislação, as empresas que exportam para a UE precisarão fornecer informações “verificáveis e conclusivas” de que suas commodities são livres de desmatamento e que seguem as leis dos países exportadores. Isso demandará o rastreamento de todos seus fornecedores, com a geolocalização de cada estabelecimento por onde os produtos passaram.

A lei manda um “sinal forte” de que o mercado sul-americano precisa agir, diz André Vasconcelos, coordenador de engajamento da Trase, plataforma que monitora cadeias de produção: “Algumas empresas já têm seus próprios processos de verificação, mas isso precisa ganhar escala e ser mais transparente”.

Uma análise recente da Global Canopy, organização responsável pela Trase, mostra que as empresas que mais impulsionam o desmatamento em zonas tropicais não estão preparadas para implementar a nova legislação, com mais de três quartos delas sem um compromisso de rastreabilidade.

“Essa é uma área onde a

UE pode e deve contribuir com recursos financeiros, para haver uma divisão igualitária dos custos ao longo das cadeias,” diz Vasconcelos. As empresas terão até dois anos, a partir de junho, para se adequar, processo que, segundo a lei, contará com a assistência técnica da UE.

“

Essa avaliação cria um incentivo para os países adotarem reformas e limpem suas cadeias produtivas, porque no futuro a comissão pode revisar e baixar o índice de risco

Luciana Téllez

pesquisadora da Human Rights Watch

Luciana Téllez, pesquisadora da Human Rights Watch que acompanha as discussões sobre a nova lei, ressalta que “seu aspecto mais forte é proibir qualquer tipo de importação ligada ao desmatamento”, independente de ser legal ou ilegal. Isso, diz ela, previne que um país ajuste suas normas para legalizar mais desmatamento, além de facilitar sua implementação.

A lei também ajudará a combater as constantes violações de direitos humanos ligados à produção agrícola da América do Sul, diz Téllez. “Ela dá maior apoio aos povos indígenas que buscam o direito à terra e na responsabilização de empresas que violam seus direitos”. No entanto, acrescenta a pesquisadora, ainda há dúvidas sobre as normativas que servirão de base para monitorar esses casos.

Paralelamente, a UE realizará até 2025 uma avaliação de risco dos países exportadores, considerando dados como taxas de desmatamento e expansão agropecuária, tendências de produção e abusos de direitos humanos, conforme “evidências científicas e fontes mundialmente reconhecidas”, segundo a norma.

A partir daí, o bloco deve listar o grau de risco — baixo, padrão ou alto — de cada nação. “Essa avaliação cria um incentivo para os países adotarem reformas e limpem suas cadeias produtivas, porque no futuro a comissão pode revisar e baixar o índice de risco”, afirma Téllez.

O grau de risco impõe mais ou menos rigidez na fiscalização, por isso, alguns países já deixaram claro que devem reagir se forem considerados de alto risco. “A comissão da UE ficará sob muita pressão política de seus parceiros para rebaixar os riscos dos mercados”, diz.

BRASIL: NOVO RUMO PARA A PECUÁRIA?

Puxado pela soja e carne bovina, o agronegócio é o principal motor da balança comercial brasileira, sendo a UE a segunda maior cliente, atrás apenas da China. Mas essa mesma economia também impulsiona a destruição ambiental: em 2022, a agropecuária foi o vetor de 95,7% do desmatamento do país, e quase sua totalidade teve indício de ilegalidade, segundo o MapBiomas.

O desmatamento permeia várias cadeias produtivas do país, mas a da pecuária é a mais problemática, segundo especialistas. Parte da dificuldade ocorre porque ela envolve 2,5 milhões de propriedades e se divide em várias etapas: algumas fazendas se especializam na criação ou desenvolvimento, enquanto outras no abate e na exportação do bovino. Assim, é comum que o animal passe por diferentes propriedades até chegar às prateleiras de supermercados.

Além de seu tamanho e complexidade, a cadeia da pecuária é pouco transparente. Autoridades monitoram o setor por meio de documentos oficiais preenchidos pelos proprietários rurais. As informações são autodeclaratórias e por isso dependem da boa-fé do pecuarista. Os frigoríficos também têm sistemas próprios de rastreamento, mas não

225 milhões

Número de cabeças de gado no Brasil, maior do que a própria população do país

divulgam seus dados.

Essas falhas no rastreamento podem resultar na “lavagem do gado”, ou seja, quando um pecuarista multado por crimes socioambientais vende sua produção a outro regular, que leva adiante a carga com aparente legalidade.

Uma série de investigações, produzidas por organizações ambientais e veículos de imprensa nos últimos anos, tem mostrado que o gado vendido por grandes frigoríficos não raro vem de áreas desmatadas ilegalmente.

O ministro da Agricultura e Pecuária do Brasil, Carlos Fávaro, afirmou recentemente que o rastreamento total é um “caminho inevitável”, porque “aqueles poucos que cometem crimes ambientais contaminam todo o sistema”. Hoje, em torno de 80% do desmatamento no país é promovido por grandes pecuaristas nas últimas etapas da cadeia produtiva.

Diante das pressões domésticas e

internacionais, o setor dá sinais lentos de mobilização. A Confederação da Agricultura e Pecuária propôs recentemente um sistema voluntário para rastrear cada um dos cerca de 225 milhões de bois brasileiros — mais do que a própria população do país, de 203 milhões.

Hoje, segundo Burnier, a identificação individual abarca só 2% do rebanho. Não à toa, a confederação estima levar ao menos oito anos para se adequar, três vezes mais do que o definido pela legislação europeia. Além disso, os dados ficariam sob o controle da entidade e não seriam tornados públicos.

Enquanto as taxas não caem de fato, o presidente Lula prega “a confiança mútua, e não a desconfiança e sanções”. Após encontro com a presidente da Comissão Europeia, Ursula Von Der Leyen, em junho, o presidente brasileiro disse que uma lei cujo efeito ultrapassa o território europeu trará “restrições potenciais às exportações agrícolas e industriais do Brasil”.

ARGENTINA: PROGRAMA-PILOTO ANTIDESMATAMENTO

Em outros países do Mercosul, os desafios para se adequar à lei europeia são semelhantes. Na Argentina, a pecuária e a soja para exportação foram os principais responsáveis pela perda de sete milhões de hectares de florestas nas últimas duas décadas.

A soja — a maior parte em forma de farelo de soja — é a commodity argentina mais exportada, respectivamente, para Índia, China e Holanda. Já a carne bovina refrigerada tem a Europa como destino principal, embora a China seja a maior compradora de carne bovina congelada.

Patricia Bergero, subdiretora de estudos econômicos da Bolsa de Comércio de Rosário, lembra que 87% da soja é exportada, e por isso a legislação europeia “não é algo pequeno”.

“Sem dúvida haverá mudanças para os produtores, principalmente

com a identificação ou o georreferenciamento da propriedade de origem do grão”, diz Bergero. “Isso atravessará toda a cadeia de valor da oleaginosa”.

Para a carne bovina, Fernando Storni, presidente da Mesa Argentina de Carne Sustentável, acrescenta que o país “precisa de uma melhora contundente no atual sistema de rastreabilidade”. Ele cobra, por exemplo, o uso obrigatório da identificação eletrônica dos animais.

Desde 2020, a província de Santa Fé testa um programa-piloto nesse caminho. Hoje, 108 dos 26 mil pecuaristas da região aderiram a um rastreamento com imagens de satélite disponibilizadas em plataforma digital.

“Alguns produtores não estão preparados, então trabalhamos com capacitação”, diz Pablo Fiore, diretor provincial da produção de carne bovina e aviária. “Por enquanto o programa é voluntário, mas quem não aderir terá

menor chance de exportar”.

Juan Carlos Cotella é diretor da Aapresid, uma associação de sojicultores, e membro da ViSeC, plataforma que certifica produtores do Gran Chaco, bioma fortemente impactado pelo avanço do desmatamento.

O Chaco é onde se produz 13% da soja argentina, mas poucos agricultores adotam seu rastreamento, observa Cotella: “Há muito trabalho pela frente e não está claro como isso será conduzido no território”.

PARAGUAI: IMPACTOS INCERTOS

O Paraguai é o membro do Mercosul que menos exporta commodities para a UE, mas ainda assim é relevante. Em 2020, o país destinou 6% de toda sua produção, quase tudo em soja e carne, ao bloco europeu.

Guillermo Achucarro, pesquisador paraguaio de mudanças climáticas da Base Investigações Sociais (Base-IS), celebra a aprovação da lei antidesmatamento, mas teme que ela tenha pouco efeito no país que enfrenta um “excesso de poder do agronegócio” e uma baixa troca comercial com a UE.

O ministro da Agricultura do Paraguai, Moisés Bertoni, lembra que o país, assim como outras nações da região, já têm suas normativas internas para garantir o comércio de alimentos desassociados do desmatamento.

“

Sem dúvida haverá mudanças para os produtores, sobretudo com a identificação ou o georreferenciamento da propriedade de origem do grão

Patricia Bergero

subdiretora de estudos econômicos da Bolsa de Comércio de Rosário

“Temos uma região do país com desmatamento zero desde 2005, enquanto na outra cada produtor protege 50% de sua área”, diz Bertoni. “Nos preocupa como a regulação será aplicada e que ela acabe excluindo os pequenos produtores”.

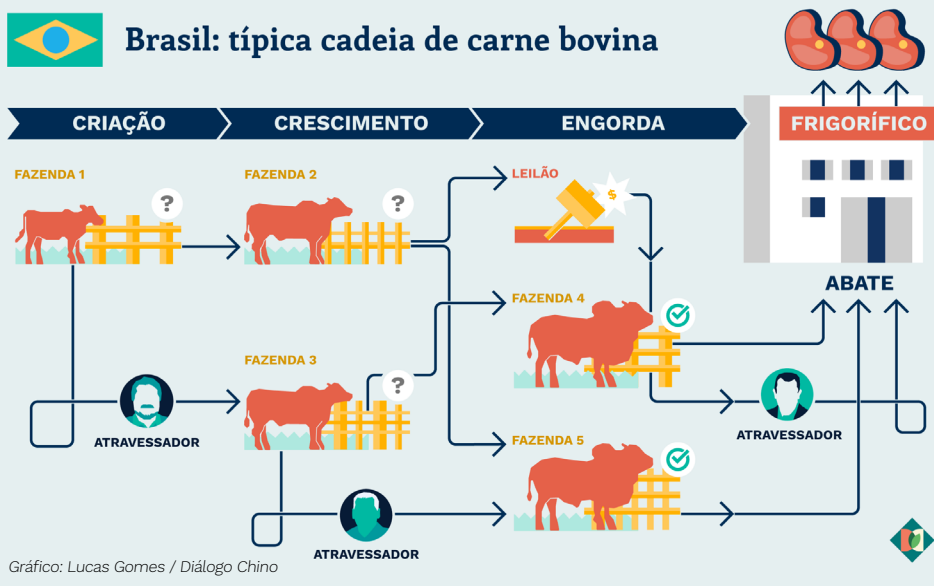
URUGUAI: EXEMPLO DE RASTREAMENTO

Luciana Téllez considera o Uruguai o país sul-americano mais preparado para atender às demandas da legislação antidesmatamento. Segundo ela, seu sistema de rastreabilidade do rebanho bovino já é obrigatório, além de “transparente e bem regulamentado”.

Desde 1998, o programa é reconhecido pela UE. E em 2004, o país começou o monitoramento individual do bovino, que depois se tornou o Sistema Nacional de Informação Pecuária.

“A rastreabilidade do gado bovino no Uruguai permite seguir a trajetória do animal desde o nascimento até o abate, fornecendo dados como a data e o lugar de nascimento, sexo, raça, movimentação e mudanças de dono”, explica Jorge Acosta, agrônomo do Instituto Nacional de Carnes.

Nesse processo, cada bovino ganha uma espécie de brinco, que identifica sua numeração, e um radiotransmissor, que armazena dados do animal e de sua movimentação em um formulário eletrônico.



“

Esperamos que a revisão reconheça a grande importância ecológica das savanas arbóreas, pradarias e planícies alagadas

André Vasconcelos

coordenador de engajamento da Trase

Desde 2007, todas as fábricas uruguaias também adotam um sistema que monitora o animal do matadouro até sua destinação aos mercados doméstico ou internacional.

Com isso, a carne bovina é o principal produto da balança comercial do Uruguai. Em 2022, a UE comprou 12% da produção, ainda bem abaixo da parcela destinada à China, de 58%. Já a soja uruguaia, embora tenha aumentado seu mercado exportador, vem saindo das prateleiras da UE, reduzindo suas compras do país em 93% na última década.

Por isso, a nova legislação deve trazer menos mudanças para as cadeias produtivas uruguaias. Outro fator que reduz sua influência no país é que seu bioma predominante, a pradaria, não é contemplada pela lei europeia.

“Sua ênfase é claramente na Amazônia brasileira, então ainda veremos o que vai acontecer com outras florestas,” diz Eduardo Gudynas, membro do Centro Latino-americano de Ecologia Social. 🇺🇲

Com a colaboração de Yedan Li.



Produção de acerola na Floresta Nacional do Tapajós, no Pará (Imagem: Flavio Forner / ASL Brazil, CC BY NC)

[Kevin Damasio](#)

Pará: o maior desmatador da Amazônia pode ser um líder da bioeconomia?

Com pressões crescentes, governo estadual parece empenhado em dar um verniz mais verde ao estado que acumula recordes de desmatamento do bioma

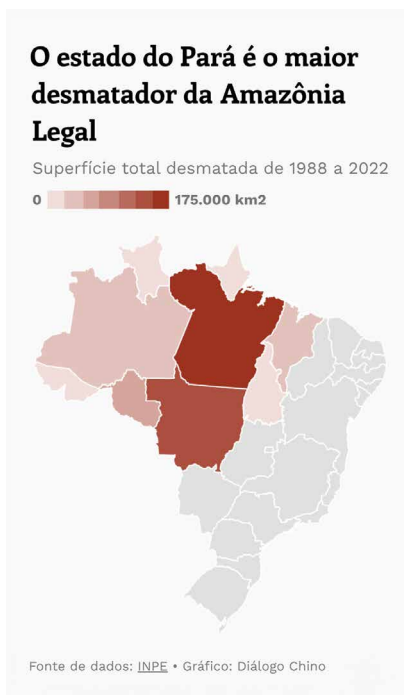
São Félix do Xingu é um município superlativo da Amazônia brasileira: é o segundo maior emissor de gases de efeito estufa do país; o segundo com mais desmatamento médio nos últimos 15 anos; líder nacional em rebanho bovino; e um dos municípios com menor desenvolvimento humano na região.

O município é ainda um claro exemplo da condição do Pará. Desde 2006, o estado é o líder em desmatamento da Amazônia, impulsionado

pelo avanço da pecuária, da soja e da construção de estradas e portos para facilitar o escoamento da produção para os mercados doméstico e internacional.

Mas com a crescente pressão para se reverter a devastação do bioma e a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva — que prometeu colocar as questões ambientais no topo de sua agenda —, o governador Helder Barbalho parece empenhado em dar um verniz mais verde ao estado.

Em novembro de 2022, Barbalho participou da conferência climática COP27, integrando a comitiva de Lula, que ofereceu a Amazônia brasileira para sediar a COP30 em 2025. Se o



país for escolhido, Belém, capital do Pará, receberá o evento. Barbalho também aproveitou a conferência para anunciar o Plano Estadual de Bioeconomia (PlanBio), que visa zerar as emissões líquidas de uso da terra no estado até 2036.

O plano teria como foco evitar o desmatamento por meio da valorização da bioeconomia, ou seja, a economia da floresta em pé. Nos próximos cinco anos, ele espera investir R\$ 1,2 bilhão em produtos da biodiversidade, com um retorno estimado de R\$ 170 bilhões até 2040, o equivalente ao PIB do estado.

A iniciativa é inédita a nível governamental — a maioria dos projetos que impulsionam a bioeconomia é assumida por organizações ambientais e comunidades tradicionais em escalas menores.

Será que o modelo econômico — e a imagem do estado como grande desmatador — estão prestes a mudar?

Para Celma de Oliveira, coordenadora de projetos da organização ambiental Imaflora e moradora de São Félix do Xingu, há um cenário promissor nas esferas federal, com a eleição de Lula, e estadual, com o PlanBio. “Existe esperança com essa retomada de um governo mais participativo e de ministérios e conselhos que foram desarticulados”, diz Oliveira, referindo-se ao esvaziamento de órgãos ambientais



Criação de gado em área da Amazônia desmatada ilegalmente na Floresta do Jamaxim, no Pará (Imagem: Ricardo Funari / Alamy)

durante a presidência de Jair Bolsonaro. “Agora, a sociedade civil precisa participar da gestão para funcionar”.

PECUÁRIA, SOJA E PRESSÕES SOBRE PEQUENOS PRODUTORES

A pecuária e a soja são predominantes na paisagem paraense. As lavouras do grão ocuparam 849 mil hectares em 2022, aumento de 70% em relação a 2017. Além disso, o estado tem o segundo maior rebanho bovino do país, com 26,7 milhões de cabeças de gado e uma taxa de 1,5 cabeça por hectare — considerado de baixa produtividade.

“Essa taxa de lotação da pecuária paraense é muito baixa e precisaria ser dramaticamente melhorada para evitar crescer todo ano pela expansão de terra”, diz Sérgio Leitão,

fundador e diretor-executivo do Instituto Escolhas, que desenvolve estudos voltados para o desenvolvimento sustentável.

Em meio a essa contínua expansão, muitos pequenos agricultores no Pará fazem o possível para resistir à tentação de se voltar para a produção de soja e gado e desmatar a terra.

Maria Josefa Neves, de 51 anos, tem uma propriedade rural na comunidade de Tancredo Neves, a 120 quilômetros do centro de São Félix do Xingu. Em um de seus 12 hectares, ela cuida de uma agrofloresta, onde planta uma variedade de espécies nativas, como acerola, mandioca e cacau, sobre o que antes eram pastagens.

No restante da propriedade, ela deixou a vegetação se



Produção de cacau na comunidade de Tancredo Neves, no Pará, Brasil (Imagem: Diego Formiga / Imaflora)

“

Os agricultores não conseguem gerar renda suficiente para diversificar a produção

regenerar. “Eu moro no meio do mato, os macacos vêm na beira da casa”, conta Neves, dizendo, no entanto, que a área ao redor de onde vive está toda desmatada.

Neves é presidenta da Associação das Mulheres Produtoras de Polpa de Fruta, fundada em 2012. Ela adota técnicas de sombreamento — ou seja, cultiva feijão-guandu e arbóreas em paralelo às frutíferas para garantir sombra e nutrientes necessários ao solo, dispensando produtos químicos; utiliza biofertilizantes caseiros e fornece polpas de fruta a escolas da região.

A entidade tem 55 associadas que há três anos vendem as polpas de frutas ao governo federal, o qual, por sua vez, realiza sua distribuição. A parceria vem avançando: o

contrato passou de R\$ 231 mil em 2022 para R\$ 351 mil em 2023.

Porém, para abrir novos mercados, elas precisam de mais investimentos. A associação depende, por exemplo, de uma câmara fria para o armazenamento da produção e de um caminhão refrigerado para transportar as frutas. Celma de Oliveira diz que a falta de políticas públicas impede o avanço de iniciativas agroecológicas, e um dos principais problemas é a dificuldade de acesso ao crédito.

“Tem crédito específico para o sistema agroflorestal, mas os bancos colocam uma série de empecilhos. Aí os agricultores não conseguem gerar renda suficiente para diversificar a produção”, diz Oliveira, que presta assistência à associação, pelo Imaflora. “É

muito mais fácil conseguir crédito para a pecuária”.

O secretário estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará, José Mauro O’de Almeida, concorda que é preciso criar mais condições para que esses produtos sejam comercializados: “Nós temos boas iniciativas de agroflorestas, biojoias, biocosméticos, bioprodutos de uma maneira geral, mas que não ganham escala”.

Para isso, Almeida diz ser necessário melhorar a infraestrutura, logística e verticalização — ou seja, mantendo o processamento do produto na região. “Em Paris, você compra o açaí liofilizado [desidratado e vendido em pó ou cápsulas] a 200 euros o quilo. Tem alto valor agregado, muito maior do que o da soja, mas é preciso ter a verticalização”, diz.

A expectativa é que o PlanBio responda a algumas dessas demandas para que, segundo Almeida, a fronteira agrícola pare de expandir. O plano também quer valorizar o modelo econômico sustentável e prevê a criação de centros de empreendedorismo em cinco regiões do estado, um museu da bioeconomia e uma escola sobre os saberes da floresta. O primeiro aporte virá do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que oferecerá US\$ 300 milhões à agenda climática do estado, segundo o secretário. A primeira parcela está prevista para ser paga em outubro, mas o valor especificamente destinado ao PlanBio ainda não foi definido.

GOVERNO DO PARÁ JOGA DOS DOIS LADOS

Apesar da virada mais verde sinalizada em anúncios recentes, o agronegócio provavelmente continuará sendo uma indústria-chave e uma fonte vital de renda para o Pará e seu governo — e uma possível fonte de tensões com suas ousadas ambições de bioeconomia.

Em 2022, as exportações do agronegócio do Pará alcançaram US\$ 3 bilhões, 70% a mais do que no ano anterior. As principais mercadorias foram soja, carne bovina e produtos florestais — como madeira, carvão vegetal e papel.

A China foi o principal destino internacional do agronegócio paraense, com US\$ 957,7 milhões em valor exportado, um

terço do total — carne e soja representaram 92% dessa quantia, segundo o Ministério da Agricultura. Na sequência, estão Estados Unidos, Holanda e Espanha.

Não à toa, em abril, o governador Barbalho voltou a integrar a comitiva de Lula, desta vez com destino à China. Na ocasião, foi firmado um acordo com a China Communications Construction Company, a CCCC, para a construção de uma ferrovia ligando municípios do sudeste paraense ao porto de Barcarena, na costa norte do estado. O projeto, estimado em R\$ 7 bilhões, servirá para o escoamento de commodities do Pará aos mercados internacionais.

O governo estadual também é um grande patrocinador do agronegócio. A pecuária paraense recebeu quase R\$ 210 milhões em renúncias fiscais em 2021. Mas a atividade, diz Leitão, “recebe muito e oferece pouco em termos de produtividade e

eficiência do ponto de vista ambiental”.

Em 2021, 85% das emissões de gases de efeito estufa do Pará tiveram origem na mudança de uso do solo (desmatamento, principalmente) e 11%, na agropecuária, segundo dados do Observatório do Clima. Altamira, também no Pará, e São Félix do Xingu são os municípios que mais geram emissões em todo o país.

Em Altamira, está a Reserva Extrativista (Resex) Riozinho do Anfrísio, uma área protegida que integra o território indígena do Xingu. Assim como as produtoras de polpas de frutas de São Félix do Xingu, os extrativistas de Riozinho do Anfrísio são pressionados pelo avanço do desmatamento, conforme dados do Inpe e relatos.

Esse avanço rumo às áreas de coleta de castanha da Amazônia, óleo de copaíba e borracha já foi uma grande



Damião Barborsa cuida de mudas em seu viveiro na comunidade Xadá, no Pará (Imagem: Flavio Forner / ASL Brazil, CC BY NC)



No Xingu, quase mil produtores movimentaram R\$ 9,5 milhões com a bioeconomia desde 2016 (Imagem: Rafael Salazar / Origens Brasil)

preocupação do extrativista Pedro Pereira, um dos moradores da região. Mas nos últimos meses, ele já percebe uma debandada dos invasores com a retomada do combate aos crimes ambientais pelo governo federal. Em abril, Barbalho e Marina Silva, ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, firmaram um acordo de cooperação para aprimorar a fiscalização ambiental, a gestão das florestas e o uso do solo no estado.

Mesmo com as pressões, os extrativistas de Riozinho do Anfrísio mostram ser possível gerar renda mantendo a floresta em pé. Contando com o apoio do Origens Brasil — rede coordenada pelo Imaflora e o Instituto Socioambiental que estimula negócios sustentáveis na Amazônia —, eles têm conseguido melhores acordos com as empresas que compram seus produtos. Não apenas obtêm valores mais justos,

como as empresas arcam com os custos logísticos do negócio.

“Antes, a borracha dava R\$ 0,70 por um bloco, e hoje são R\$ 13, uma mudança enorme e com um contrato que nos dá segurança”, comemora Pereira.

No território do Xingu, o Origens Brasil tem quase mil produtores cadastrados, que desde 2016 já movimentaram R\$ 9,5 milhões pelo comércio de produtos da biodiversidade. Apenas em 2022, foram R\$ 2 milhões.

Mas pode ser bem maior a receita da bioeconomia, segundo um estudo recente do Instituto Escolhas, que avaliou a renda possível a partir da recuperação de áreas degradadas e, logo, o plantio de espécies nativas que poderiam ser exploradas pelos extrativistas. A pesquisa mostra que o reflorestamento de seis milhões de hectares —

uma área maior do que o estado da Paraíba — poderia criar um milhão de empregos diretos, gerar R\$ 13,6 bilhões em receitas e reduzir o índice de pobreza no Pará em 50%. Os empregos seriam gerados pela mão de obra na coleta de sementes, produção de mudas, plantio, manutenção e monitoramento da atividade.

Segundo Leitão, um gargalo muito discutido da bioeconomia é a baixa escala da produtividade. Mas ele ressalta que o replantio de florestas junto a outras atividades de menor impacto, como a horticultura produzida pela agricultura familiar, poderiam ampliar seu alcance. “Elas oferecem exatamente esse espaço da oferta de emprego, geração de renda, combate à pobreza e dão o tempo necessário para que a escala de outras atividades possa aparecer”, diz Leitão.

Pedro Pereira está animado com as perspectivas. Seu principal desafio agora não são os invasores, mas o avanço de sua produção. Ele espera que sua comunidade negocie com mais empresas para escoar a produção excedente. Mas, para ele, a preservação do bioma vai além do que uma oportunidade de renda.

“A floresta para nós é tudo”, diz Pereira. “É de onde a gente tira o sustento da nossa família, toda nossa alimentação, nosso recurso de dinheiro. Ela é a fonte de água. Sem a floresta, a gente não é ninguém”. 🇧🇷

A China quer reduzir importação de soja. Como isso afeta a América do Sul?

Maior compradora global de soja e parceira estratégica de Brasil e Argentina, a China estabeleceu metas para reduzir importações e alavancar a produção interna do grão

“A China é a maior compradora global de soja”, mas essa dinâmica vem mudando, principalmente para as nações produtoras da América do Sul. Após duas décadas de crescimento do setor para atender

ao mercado chinês, as exportações sul-americanas começam a dar sinais de estagnação.

Desde 2019, as importações de soja da China sofrem quedas e interrupções frequentes,

devido à pandemia de Covid-19 e aos surtos de peste suína africana, já que um dos principais destinos da soja é servir de ração aos suínos do país. Além disso, analistas acreditam que as importações de soja pela China podem ter atingido seu pico.

Essas tendências coincidem com os planos do governo chinês de aumentar a produção interna de soja e reduzir a dependência das



Máquinas de colheita de soja na província de Heilongjiang, China. O país planeja aumentar a produção doméstica do grão e reduzir sua dependência de importações (Imagem: Alamy)

importações no longo prazo. O movimento faria parte de uma ampla estratégia nacional de segurança alimentar. Isso já soa os alarmes no Brasil e na Argentina, já que ambos os países têm a China como seu principal parceiro comercial de soja. O país responde por mais de 90% das exportações argentinas e 70% das brasileiras do produto.

Em 2022, a demanda de soja da China ultrapassou as 115 milhões de toneladas, com mais 80% delas supridas pelas importações. Já a produção interna somou 20 milhões de toneladas no ano passado, embora o governo tenha como meta atingir as 36 milhões de toneladas até 2032, reduzindo o abastecimento pela via externa.

Analistas de comércio exterior avaliam que a tendência pode resultar em impactos na balança comercial da América do Sul, mas algumas das principais figuras do agronegócio regional asseguraram ao *Diálogo Chino* que o cenário não é motivo para pânico no setor, pelo menos não no curto prazo.

“Não parece plausível que a China consiga aumentar significativamente sua produção rapidamente”, defende Rodolfo Rossi, diretor da Associação da Cadeia de Soja Argentina (Acsoja).

Na mesma linha, a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais

do Brasil considera que “a situação não é vista com preocupação”.

Outras fontes consultadas projetam desafios para os próximos anos no mercado global de soja. Entre eles, estão as consequências do aumento da produção brasileira e o crescimento do processamento da soja em outros mercados, especialmente nos Estados Unidos.

DESACELERAÇÃO DA DEMANDA DE SOJA

Na virada do século, a China já era responsável por 25% das compras globais de soja, com mais de dez milhões de toneladas importadas. Desde então, as importações decolaram: nos últimos cinco anos, a China comprou de 88 milhões a 100 milhões de toneladas ao ano, acumulando cerca de 60% do comércio global do produto.

“A China tem sido o grande mercado a impulsionar a demanda mundial por soja”, disse Gustavo Idigoras, diretor da Câmara Argentina da Indústria de Óleo Vegetal e do Centro de Exportação de Cereais (Ciara-Cec).

Agora, analistas preveem uma queda no ritmo das importações da China. “As importações de soja da China devem desacelerar e eventualmente cair até 2030. Isso é resultado do crescimento mais lento da pecuária, da melhoria das práticas agrícolas e, sobretudo, da ampla adoção

de uma baixa porcentagem de farinha de soja nas rações usadas em todo o país”, explica um estudo recente do Rabobank, instituição financeira com sede na Holanda.

A pesquisa estima ainda que isso terá “impactos profundos em toda a cadeia global de abastecimento”.

As perspectivas para o farelo de soja seguem a mesma linha. “Nos últimos anos, houve uma diversificação na China: o crescimento da demanda por colza, amendoim e farelo de girassol foi superior ao do farelo de soja”, explica Bruno Ferrari, analista da Bolsa de Valores de Rosário (BCR), na Argentina.

Ferrari diz que, enquanto o crescimento da demanda por farelo de soja na China tenha desacelerado, a demanda por soja não processada desacelerou ainda mais, e a busca por outras sementes oleaginosas começa a crescer ou se mantém no mesmo patamar. “Isso tira um pouco do espaço da soja”, acrescenta.

A explicação do analista da BCR reflete-se no planejamento oficial chinês. Em abril, o Ministério da Agricultura da China publicou um plano para reduzir o uso de farelo de soja na alimentação animal, propondo que essa participação fosse reduzida de 14,5% a menos de 13% até 2025, informou a Reuters.

Esse plano “vai orientar o setor de rações a reduzir a quantidade de farelo de soja, promovendo a diminuição do consumo nas rações e contribuindo para garantir um abastecimento estável e seguro de grãos e outros produtos agrícolas importantes”, diz um comunicado do governo chinês.

SEM GRANDES IMPACTOS

Embora os entrevistados ouvidos pela reportagem concordem que há uma desaceleração no crescimento da demanda de soja da China, nenhum deles acredita que isso deva gerar mudanças abruptas na dinâmica de exportações da Argentina e do Brasil.

“Não creio que devamos esperar muitas implicações para ambos os países como resultado das mudanças na demanda de soja da China”, diz Gabriel Medina, professor de agronomia da Universidade de Brasília e da Universidade Federal de Goiás.

A opinião de Medina é compartilhada por Sávio Pereira, diretor do departamento de análise econômica e políticas públicas do Ministério de Agricultura do Brasil: “Não estamos preocupados”, diz, Pereira, “não parece provável que a ideia de mudar a forma de alimentação dos animais seja concretizada no curto prazo”.

Gustavo Idígoras, da Ciara-Cec, acredita que, embora algumas análises indiquem que a China

“possa estar atingindo uma estabilização em sua demanda por soja”, essas avaliações devem ser lidas “com cautela”.

“A China é essencialmente um importador de soja e continuará sendo”, acredita Idígoras.

Ecoando as demais opiniões ouvidas pelo *Diálogo Chino*, o analista da BCR, Bruno Ferrari, explica que as metas de produção interna da China “não movimentam as importações”, já que se trata de um aumento marginal em relação ao volume total. Já Medina acrescenta que o buraco entre a produção chinesa e a demanda ainda é “muito grande”.

Para Rodolfo Rossi, da Acsoja, entidade que representa os principais

atores da cadeia de soja argentina, “não será fácil para a China atingir suas previsões devido à falta de investimentos para melhorar sua produção local”.

Análises feitas por pesquisadores de outros países apoiam esse parecer. Em um artigo recente, o Australian Strategic Policy Institute observou que “as necessidades concomitantes de uso do solo, inclusive para outras culturas, como trigo e milho, dificultam que a China saia de sua situação de dependência das importações de soja”.

O DESTINO DOS EXCEDENTES

Nesse cenário, a produção de soja do Brasil segue crescendo. Conforme as últimas estimativas



Trabalhador em curral de porcos na província de Guangdong, China. Um dos principais destinos da soja importada pela China é para ração animal (Imagem: Amanda Ahn / Alamy)

do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, a temporada 2023/24 deverá registrar um aumento de 5% na produção brasileira, passando de 156 milhões de toneladas em 2022/23 para 163 milhões de toneladas no próximo ano. “E ainda temos muitas áreas novas disponíveis para o plantio”, acrescentou Pereira, do Ministério da Agricultura do Brasil.

Para Ferrari, o excedente gerado pelos produtores brasileiros será destinado à indústria local: “O país pode seguir gerando cadeias produtivas positivas internamente para introduzir essa mercadoria, e possivelmente esse será o caminho no futuro”, explica.

Algo semelhante acontece na Argentina, mas Idigoras explica que “há uma

estratégia diferente à do Brasil, não focada na venda direta do grão para a China, mas na venda de produtos processados para outros países”. De fato, o país já exporta grandes quantidades de farinhas e óleos de soja para países, como Índia e Vietnã. Assim, de acordo com ele, os possíveis aumentos na produção de soja argentina serão destinados à indústria local, que passa por um mau momento.

Ao contrário do Brasil, no entanto, a Argentina não prevê grandes aumentos em sua produção local, pelo menos no curto prazo. Além disso, desde seu pico histórico na temporada 2014/15, quando a produção ultrapassou 60 milhões de toneladas, os números tendem a cair. O atual ciclo agrícola teve a pior produção de soja

registrada neste século devido à seca prolongada, com pouco mais de 20 milhões de toneladas.

O fato de grande parte de sua produção ser destinada à exportação direta não significa que o Brasil não seja um participante central no mercado de produtos processados. Este ano, todas as estimativas apontam o país para emergir como o maior produtor mundial de farelo de soja, desbancando a Argentina pela primeira vez desde meados da década de 1980.

Para a Argentina, a forte concorrência do Brasil é apenas um dos desafios no curto prazo. Rodolfo Rossi alerta que os Estados Unidos também preveem um aumento “significativo” no processamento de soja. “De qualquer maneira, há oportunidades [para os produtores argentinos] em novos mercados na África e em alguns países da América Latina”, diz.

Com o impulso da China em direção a uma maior autossuficiência na produção de soja, que provavelmente levará tempo e enfrentará vários obstáculos, o Brasil e a Argentina terão oportunidades de permanecer como atores importantes no mercado global. A diversificação do mercado, o aumento do processamento local e a exploração de novos destinos de exportação serão áreas importantes a serem trabalhadas pelo agronegócio. 🇧🇷

Colheita de soja em Luís Eduardo Magalhães, na Bahia. Especialistas acreditam que qualquer excedente de soja deixado pela desaceleração do comércio do Brasil com a China será destinado à indústria local (Imagem: Alamy)





Criação de gado em Figueirópolis d'Oeste, em Mato Grosso. A pecuária é a principal responsável pelo desmatamento na Amazônia brasileira (Imagem © Ricardo Funari / Greenpeace)

[Tian Yan Baxter](#)

Opinião: ‘Passaporte verde’ visa promover pecuária sustentável do Brasil na China

Rastreabilidade internacional de carne bovina é desafio complexo, mas iniciativas bilaterais estão avançando

No ano passado, o Instituto Ambiental Global (GEI, na sigla em inglês), organização social chinesa da qual faço parte, lançou diversas parcerias com órgãos públicos brasileiros para apoiar iniciativas transfronteiriças que estimulem a boa governança ambiental e a sustentabilidade de cadeias produtivas.

O projeto foi um marco diplomático nas relações

entre o Brasil e a China para o comércio sustentável — e abriu um novo capítulo para uma agricultura comprometida com a conservação da biodiversidade e o combate à crise climática.

Em março de 2022, o GEI assinou um memorando de entendimento (MoU, na sigla em inglês) para impulsionar iniciativas de sustentabilidade em Mato Grosso, principal

produtor de carne bovina e soja do país. Também assinou um acordo com o Consórcio da Amazônia Legal, que visa promover o desenvolvimento sustentável na região.

Agora, esses documentos começaram a se transformar em ações concretas. Uma delas é o “passaporte verde” para a carne bovina: o projeto-piloto de rastreabilidade visa fornecer informações detalhadas sobre a origem de produtos bovinos brasileiros por meio de códigos de barras impressos nos pacotes alimentícios na China.

O GEI conta com a colaboração do governo de Mato Grosso e do Instituto Mato-Grossense da Carne (Imac). Após a realização de estudos técnicos, trabalhos de campo, análises de políticas públicas e o projeto-piloto, foram definidos quatro objetivos para a parceria.

Em primeiro lugar, a iniciativa busca identificar as responsabilidades socioambientais das partes envolvidas; em segundo, quer instruir órgãos brasileiros para o fornecimento de carne bovina sustentável ao mercado chinês; em terceiro, vai analisar a viabilidade de distribuição desses produtos na China, bem como os possíveis mecanismos econômicos para promovê-los; e, por fim, vai avaliar estratégias de rastreabilidade em nível administrativo, regulatório e institucional.

A rastreabilidade beneficia todas as partes da cadeia produtiva, mas também é um processo que exige transparência, a construção de confiança e práticas sustentáveis. Se bem feita, a rastreabilidade pode agregar valor aos produtos e elevar seu preço no mercado. Além disso, a mudança pode ajudar a promover a sustentabilidade de forma mais ampla em todo o setor.

No entanto, o desenvolvimento de sistemas de rastreabilidade transfronteiriços capazes de enfrentar o desmatamento provocado pela pecuária ainda é um enorme desafio. Primeiro, é tecnicamente complicado rastrear a movimentação de animais no Brasil: a cadeia de abastecimento é uma complexa rede na qual o gado é comercializado entre diferentes fazendas até chegar ao consumidor final. A categorização e padronização de indicadores, modelos e ferramentas de rastreabilidade também demandam grande esforço. E, em última análise, a criação de sistemas confiáveis e equilibrados deve favorecer os negócios de pequenas e médias empresas tanto na China quanto no Brasil.

A parceria proposta pela GEI abre um caminho para o desenvolvimento de políticas ambientais sólidas no estado de Mato Grosso e impulsiona um nicho de mercado para produtos bovinos rastreáveis e de alta qualidade na China.

PASSAPORTE VERDE: MAIS RASTREABILIDADE

O “passaporte verde” de Mato Grosso foi lançado em 2022 para produtos de carne bovina. Mas, além da necessidade de planejar o funcionamento desse sistema, um dos principais desafios é monitorar e popularizar a aplicação da rastreabilidade em toda a pecuária do estado.

Inicialmente, a iniciativa busca supervisionar e capacitar o setor, auxiliando empresas na implementação de sistemas de rastreabilidade, permitindo que a carne bovina produzida conforme os melhores padrões socioambientais obtenha o selo do passaporte verde até 2026.

Em segundo lugar, o objetivo é classificar as carnes e rotular aquelas consideradas de qualidade “superior”. Isso seria, ao mesmo tempo, uma forma de cumprir as responsabilidades estaduais de governança ambiental e uma forma de inspecionar a qualidade dos alimentos.

Trata-se de uma iniciativa ambiciosa e potencialmente revolucionária, pois o governo estadual terá como alvo tanto os pecuaristas diretos quanto os indiretos (aqueles que vendem sua produção a intermediários) — e, no futuro, isso pode se tornar um programa estadual que inclua todos os produtores.

A partir de 2026, se as atividades de produtores e abatedouros não cumprirem com os padrões do passaporte verde — por terem ligação com o desmatamento, por exemplo —, os produtores vão sofrer restrições em futuros negócios. As compras de gado serão limitadas a 20% em relação à última compra (ou seja, dois bois em vez de dez) até que sejam atingidos todos os critérios socioambientais do programa. Assim, espera-se que a verificação dos registros desse comércio possa melhorar as atividades dos fornecedores indiretos.

O protocolo do passaporte verde está sendo desenvolvido por dois signatários do MoU — o governo de Mato Grosso e o Imac — junto ao Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. Desde então, outras entidades públicas aderiram à força-tarefa, incluindo o Ministério Público Federal em Mato Grosso e as secretarias estaduais de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Econômico.

Também participam entidades do setor agropecuário, como o Sindicato das Indústrias de Frigoríficos de Mato Grosso (Sindifrigo-MT) e a Associação dos Criadores de Mato Grosso (Acrimat), além de grandes multinacionais como JBS e Marfrig.

O protocolo é construído sob uma base regulatória



Produção de couro bovino em Cáceres, Mato Grosso. A cooperação entre o Brasil e a China cria uma oportunidade para reverter os impactos nocivos do setor de carne bovina (Imagem: Alamy)

sólida: o projeto incorpora, por exemplo, o Código Florestal, que exige a proteção da chamada reserva legal por proprietários de terras na Amazônia e outros biomas; o protocolo Boi na Linha, que padroniza o monitoramento da origem dos animais e a auditoria em vários frigoríficos; o Programa de Reinserção e Monitoramento do Imac, plataforma desenvolvida para monitorar a recuperação ambiental de áreas desmatadas.

Essas regulamentações ajudam a unificar as iniciativas federais e regionais, promovendo sinergias positivas de forma estratégica e econômica. O protocolo contempla os planos agropecuários do Brasil e leva em conta a situação ambiental

dos ativos detidos por fazendeiros — por exemplo, analisando seus avanços na recuperação das pastagens degradadas e/ou áreas desmatadas irregularmente, o que, ao mesmo tempo, aumenta sua produtividade.

O sistema de monitoramento Boi na Linha também deve ajudar a disseminar — e quiçá normalizar — o rastreamento do desmatamento ilegal entre produtores. Esse pacote de políticas públicas também representa um custo menor para os produtores de gado que queiram se adaptar ao novo modelo. Ele impulsiona programas de “verificação para a qualificação” para além de Mato Grosso, em escala nacional e internacional, permitindo um reposicionamento da

carne bovina brasileira no mercado.

O protocolo também é uma iniciativa que chega em um momento oportuno, já que os produtores devem se adaptar a novas regulamentações, como a lei de desmatamento da União Europeia, que vai barrar a entrada de commodities cultivadas em terras desmatadas.

Além do passaporte verde, o governo de Mato Grosso também está desenvolvendo dispositivos legais para implementar a verificação dos padrões de sustentabilidade: entre eles, mecanismos financeiros, como incentivos fiscais, e novas plataformas de monitoramento e análise de dados para identificar produtores responsáveis, a fim de aumentar sua credibilidade e visibilidade.

QUAL SERÁ O PAPEL DA CHINA?

Para apoiar os esforços de sustentabilidade, o GEI participou de uma viagem de campo por cinco cidades chinesas em maio deste ano, excursão organizada pelo governo estadual de Mato Grosso. A organização atuou como interlocutora e guia dos representantes brasileiros do setor, ajudando a mapear possíveis caminhos comerciais para que os produtos com selo de rastreabilidade de Mato Grosso cheguem aos consumidores na China.

O trabalho de campo gerou

resultados concretos, como a assinatura de MoUs pelo GEI e Imac com associações do setor pecuarista das cidades de Tianjin e Chongqing. Esses memorandos visam promover o compartilhamento de dados e um comércio estável entre as diferentes partes envolvidas. O porto de Tianjin, no nordeste do país, movimentou mais de um terço dos produtos importados pela China em 2022; e Chongqing, na região central, tem uma enorme demanda por carne bovina congelada para a preparação de seu prato mais famoso, o *hotpot*.

A viagem facilitou o envolvimento com órgãos de certificação, financeiros e alfandegários em Beijing e promoveu canais de diálogo entre governos e instituições. Também foi analisada a integração de mercados mais sustentáveis, considerando questões como incentivos fiscais e acordos comerciais, entre outros.

Essas conversas mostram que os dois países estão no início de um consenso sobre agricultura sustentável. Em termos técnicos, não é fácil traduzir as iniciativas de certificação brasileiras para a China, pois ambas aplicam sistemas próprios para avaliar produtos sustentáveis. Não há uma integração rápida e fácil de mercados sustentáveis nos dois países e nem de suas respectivas boas práticas agrícolas.

A escassa diplomacia e cooperação bilateral em

anos recentes fizeram com que a atenção da China para a agricultura sustentável do Brasil se concentrasse apenas na questão do desmatamento. As políticas públicas e a experiência prática brasileira — seja na integração de sistemas florestais e pecuários, seja na intensificação agrícola que transformou o país de importador de alimentos a um dos responsáveis por alimentar o planeta — são pouco conhecidas na China. Em relação aos interesses conjuntos dos dois países, como a eliminação da pobreza, a criação de meios de subsistência alternativos e a digitalização, as conversas ainda são muito incipientes.

A péssima fama ambiental do setor agrícola brasileiro tem se espalhado pela China — e isso não ajuda na promoção de iniciativas brasileiras, como a do passaporte verde. A comunicação e cooperação dos países é urgente para reverter os impactos prejudiciais do setor de carne bovina no Brasil e reposicionar sua imagem.

Para o Mato Grosso, a prioridade deve ser manter uma relação proativa com a China e compartilhar os pontos fortes de cada um. Esse engajamento poderia preencher lacunas e falhas no relacionamento Brasil-China, superando desafios no acesso a informações, construindo diálogos entre os dois países e ajudando a aumentar a presença de organizações brasileiras na China. 🇧🇷

Brasil quer alavancar recuperação de terras degradadas

Ações independentes se somam a estratégias do governo brasileiro para restaurar 12 milhões de hectares até 2030

O agricultor Dercílio Pupin chegou a Piracaia, no interior do estado de São Paulo, em 2013, com a ideia de cultivar alimentos orgânicos. Mas deparou-se com um solo seco, compactado e com pouca vegetação em seu terreno de quatro hectares recém-adquirido.

Naquele ano, começava uma das piores crises hídricas da região. Em 2014, os cinco reservatórios de água do Sistema Cantareira, que

abastecia 8,6 milhões de pessoas do entorno, praticamente zeraram sua capacidade.

Aquela área já sofria um processo de deterioração. Um mapeamento do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) na época encontrou na região 21 mil hectares de margens de rios sem vegetação — áreas que, pela lei, deveriam ser protegidas — e cem mil hectares de pastagens degradadas.



Entre elas estava a propriedade de Pupin. O antigo dono, diz ele, mantinha mais de 300 cabeças de gado que pastavam “de forma desorganizada”, inclusive próximo às nascentes.

Para dar um novo rumo à sua terra, Pupin aderiu a programas da prefeitura e do IPÊ, o Semeando Água. “No ano que a gente chegou aqui, era tudo clareira, não tinha uma árvore quase”, diz ele, que já enxerga melhorias: “Nas áreas de agrofloresta, já há lugares onde a floresta está um pouco mais avançada, tem uma infiltração melhor [da água] no solo”.

O projeto Semeando Água está entre as muitas iniciativas independentes espalhadas pelo Brasil que contribuem para o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg), lançado em 2017. O objetivo é restaurar 12 milhões de hectares de vegetação nativa e criar cinco milhões de hectares de sistemas agrícolas integrados — combinando terras agrícolas, pastagens e florestas — até 2030.

Desde então, o Brasil expandiu em 9,35 milhões de hectares para monocultura e restaurou apenas 79,1 mil hectares, segundo o Observatório da Restauração e Recuperação. E o tamanho do problema é bem maior do que a meta brasileira: o país tem 95,5 milhões de hectares de pastos degradados, equivalente à área da Venezuela,

O que é degradação do solo?

O solo degradado é aquele que perdeu suas características saudáveis devido à exploração humana. Assim, ele deixa de fornecer serviços ecossistêmicos, como a provisão de água e alimento.



Agrossilvicultura incorpora espécies nativas aos sistemas agrícolas e pode ajudar a melhorar a saúde do solo. Outros benefícios incluem controle da erosão, retenção de nutrientes e umidade e aumento da oxigenação (Imagem: Lucas Ninno / Diálogo Chinô)

segundo a rede ambiental MapBiomas.

“Grande parte da área desmatada no país é para a pecuária, e essas pastagens estão degradadas”, explica Ane Alencar, pesquisadora da rede.

Agora, políticas nacionais e programas de estímulo financeiro do governo — já em vigor ou em vias de serem implementados — prometem alavancar uma cadeia produtiva da

restauração de terras no Brasil.

O reaproveitamento de pastagens degradadas é uma das principais metas ambientais do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que mencionou o assunto em seu discurso de posse, em janeiro, e em outras ocasiões. Lula defende que esse tipo de investimento pode “dobrar a produtividade [agrícola], sem mexer com os indígenas e as florestas”.

DESAFIO É MUNDIAL

O problema não é apenas do Brasil. Segundo o relatório Global Land Outlook 2 da ONU, publicado em 2022, a humanidade transformou mais de 70% da área terrestre do planeta, “causando uma degradação ambiental sem paralelo e contribuindo significativamente para o aquecimento global”. Em 2018, estimou-se que a degradação do solo e suas consequências para a segurança hídrica e alimentar afetaram a vida de 3,2 bilhões de pessoas.

Nos últimos anos, este problema provocou uma resposta global. Na Declaração de Florestas de Nova York, de 2021, mais de 200 atores — entre governos nacionais e subnacionais, povos tradicionais e empresas — comprometeram-se a recuperar 350 milhões de hectares de áreas degradadas até 2030. Já a Conferência da Biodiversidade, de 2022, resultou no acordo para restaurar 30% dos ecossistemas terrestres e marinhos ainda nesta década.

Em viagem à Beijing em abril, Marina Silva, ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, disse que o Brasil “pode aprender com a experiência chinesa” de recuperar áreas degradadas.

Silva provavelmente se referia ao programa chinês Grão para o

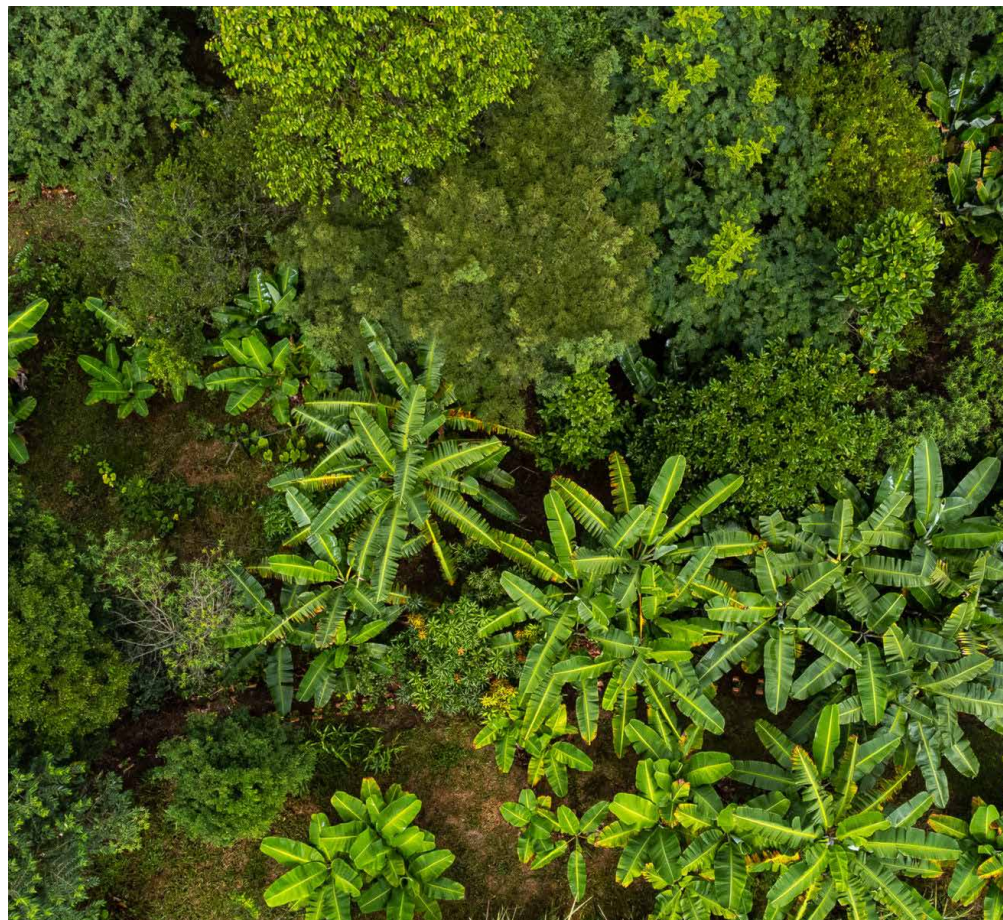
Verde, criado em 1999, que visa recuperar o solo deteriorado pela agricultura e pecuária. Desde então, ele restaurou mais de 30 milhões de hectares de florestas, campos, vegetações montanhosas e pântanos. O programa é voluntário, mas conta com incentivos à sua adesão. Com orçamento de US\$ 68 bilhões entre 1999 e 2019, o governo fornece assistência técnica a proprietários de terra, sementes, subsídios e outros benefícios que variam segundo os resultados de reflorestamento. No final de 2019, o programa

contava com mais de 41 milhões de propriedades.

POLÍTICAS BRASILEIRAS RECOMEÇAM

Enquanto isto, o Brasil retoma ainda lentamente as iniciativas. Em maio, o governo instaurou o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico Sustentável, um colegiado composto por representantes da sociedade civil e do governo. E em agosto, o conselho criou um grupo de trabalho voltado à recuperação de terras.

Segundo o ministro das Relações Institucionais,



Vista aérea de plantação de bananeiras em agrofloresta em Nazaré Paulista, São Paulo. Os sistemas agroflorestais podem envolver o plantio de árvores no interior ou ao redor de pastagens. Também podem ser desenvolvidos em áreas de floresta (Imagem: Lucas Ninno / Diálogo Chino)

Alexandre Padilha, a meta do grupo é apresentar ao presidente Lula, até o início de outubro, “propostas concretas” para recuperar áreas degradadas, a fim de “aumentar a área produtiva e reflorestada no país”.

Em junho, foi lançada ainda a nova versão do Plano Safra, programa do governo de apoio a médios e grandes produtores agropecuários. Nele, há a oferta de crédito de quase R\$ 7 bilhões para recuperar áreas degradadas e outras iniciativas de restauração.

Porém, há falhas importantes na concessão de crédito público rural, segundo Roberta Del Giudice, secretária-executiva do Observatório do Código Florestal, rede que monitora a implementação da lei de 2012 de proteção dos biomas. O observatório calcula haver mais de 20 milhões de hectares desmatados ilegalmente nas propriedades rurais brasileiras — terras que os proprietários são obrigados a recuperar. Mas isso não tem impedido a obtenção de novos empréstimos.

A advogada ambiental cobra que não haja

“concessão de crédito público para, pelo menos, quem não cumpre essa lei”. Senão, diz ela, “não teremos, efetivamente, volume na restauração”.

Para atingir os objetivos também será preciso lidar com as causas do problema. Em florestas úmidas, como a Amazônia e a Mata Atlântica, o fogo, a exploração madeireira e a fragmentação da paisagem são os principais vetores de degradação do solo, diz Ane Alencar. Já nas savanas do Cerrado, os maiores responsáveis são a monocultura de grãos e a pecuária extensiva.



Mudas de café crescem entre bananeiras em agrofloresta perto de Nazaré Paulista, São Paulo (Imagem: Lucas Ninno / Diálogo Chino)



Abelha mamangava extrai néctar em área reflorestada pelo IPÊ próxima ao reservatório de Atibainha, no estado de São Paulo (Imagem: Lucas Ninno / Diálogo Chino)



Beija-flor-tesoura-verde fêmea em uma das áreas reflorestadas pelo IPÊ. A agrofloresta pode proteger a biodiversidade e melhorar a saúde do solo (Imagem: Lucas Ninno / Diálogo Chino)

“

A restauração tem o potencial de movimentar uma bioeconomia local

Rita de Cássia Mesquita

secretária de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais

Esses fatores, por sua vez, são intensificados pela emergência climática, com “secas severas mais frequentes e tempestades de vento cada vez mais fortes”, acrescenta Alencar, também diretora de ciência do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia.

O Planaveg agora conta com R\$ 14 milhões do Fundo Global para o Meio Ambiente, um dos maiores financiadores ambientais no mundo. “Os recursos estão assegurados”, diz Rita de Cássia Mesquita, secretária de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais, responsável pelas políticas de restauração no Ministério do Meio Ambiente. “Temos agora que discutir e avançar com as estratégias”.

Enquanto isso, o Banco Mundial doou US\$ 25 milhões para recuperar pastagens degradadas no Brasil em novembro. Um mês depois, a empresa de investimentos privados

Paramis Capital lançou um fundo para transformar terras brasileiras degradadas em áreas produtivas.

Apesar dos altos investimentos, Mesquita diz que planos do tipo podem trazer retornos financeiros: “A restauração tem o potencial de movimentar uma bioeconomia local”. Uma pesquisa do Instituto Escolhas concorda que grandes insumos gerarão resultados ainda maiores. Por exemplo, o instituto estima que o Brasil ainda precisa de R\$ 228 bilhões para atingir a meta de 12 milhões de hectares de florestas restauradas até 2030, mas também afirma que isso poderá gerar R\$ 776,5 bilhões e criar 2,5 milhões de empregos.

‘SEMEADORES DE ÁGUA’

Hoje, Dercílio Pupin implementa um sistema agroflorestal em seu terreno, integrando espécies nativas da Mata Atlântica, como jacarandá e tamboril, com outras de

valor econômico, tendo o café como carro-chefe.

Ele também incorporou a pastagem ecológica, na qual há uma rotação do gado entre as áreas do pasto. Isso, além de deixar a vegetação forrageira se recuperar, evita uma nova erosão do solo e favorece sua absorção de nutrientes. Nas bordas da pastagem, ele ainda planta árvores nativas, como jequitibá-rosa e louro-pardo, para a venda de madeira.

“Hoje, depois de dez anos, a roda está começando a girar. A gente planta o milho, o milho vai para a galinha, a galinha defeca e produz o esterco, a gente esterca as plantas, as plantas produzem, já passa de novo para a galinha. Já tem um ciclo se fechando”, diz Pupin.

O agricultor diz que hoje tem renda suficiente, mas ainda sente falta de incentivos para estimular os pequenos produtores. Além do apoio do IPÊ, ele recebe da prefeitura de Piracaia R\$ 283 ao ano pela proteção de 1,06 hectare de floresta de seu terreno — um quinto do salário mínimo mensal. “Quando os pagamentos por serviços ambientais forem vantajosos, muita gente vai aderir”, diz o agricultor.

Para atrair agricultores como Pupin, o IPÊ precisou mudar sua estratégia: em vez de focar apenas na recuperação da vegetação nativa, o projeto ajuda a tornar as propriedades

rurais produtivas, mas com um modelo mais sustentável e “sem precisar de intervenções abruptas”, segundo Gustavo Brichi, engenheiro florestal do instituto.

Em uma década, o projeto capacitou 334 produtores e técnicos locais, que trabalharam na conversão de cem hectares de pastagens convencionais em ecológicas, no replantio de 70 hectares de preservação permanente e na implementação de 33 hectares de sistemas produtivos sustentáveis.

Com isso, corredores biológicos entre as serras da Mantiqueira e da Cantareira, na região Sudeste, voltaram a se formar, atraindo espécies ameaçadas de Mata Atlântica, como o sagui-caveirinha e o muriqui-do-sul.

E os planos agora vão longe. “A ideia é transformar o [entorno do] Cantareira em um polo de produção agroecológica”, diz Alexandre Uezu, coordenador do Semeando Água, que planeja aproveitar a proximidade das propriedades rurais com a região metropolitana de São Paulo, maior mercado consumidor da América do Sul. 🌱

Yedan Li colaborou com a reportagem.

* O repórter Kevin Damasio e o fotógrafo Lucas Ninno viajaram à região do Sistema Cantareira a convite do Instituto de Pesquisas Ecológicas.



Gustavo Brichi, engenheiro florestal do IPÊ, dá aula sobre técnicas agroflorestais de plantio de bananeiras na Escola Estadual Francisco Derosa, em Nazaré Paulista (Imagem: Lucas Ninno / Diálogo Chino)



Mudas de tamboril no viveiro do IPÊ. A espécie é utilizada em projetos de restauração em Nazaré Paulista (Imagem: Lucas Ninno / Diálogo Chino)



Diálogo Chino

O Diálogo Chino é o único site de jornalismo independente dedicado a destrinchar as relações China-América Latina e seus desafios para o desenvolvimento sustentável.

**Escritório: China Dialogue Trust, 15 Printing House Yard,
Perseverance Works, Londres, E2 7PR
Reino Unido**

Contato: informacion@dialogochino.net

 [@dialogochinoPT](https://twitter.com/dialogochinoPT)  [@dialogochino](https://facebook.com/dialogochino)